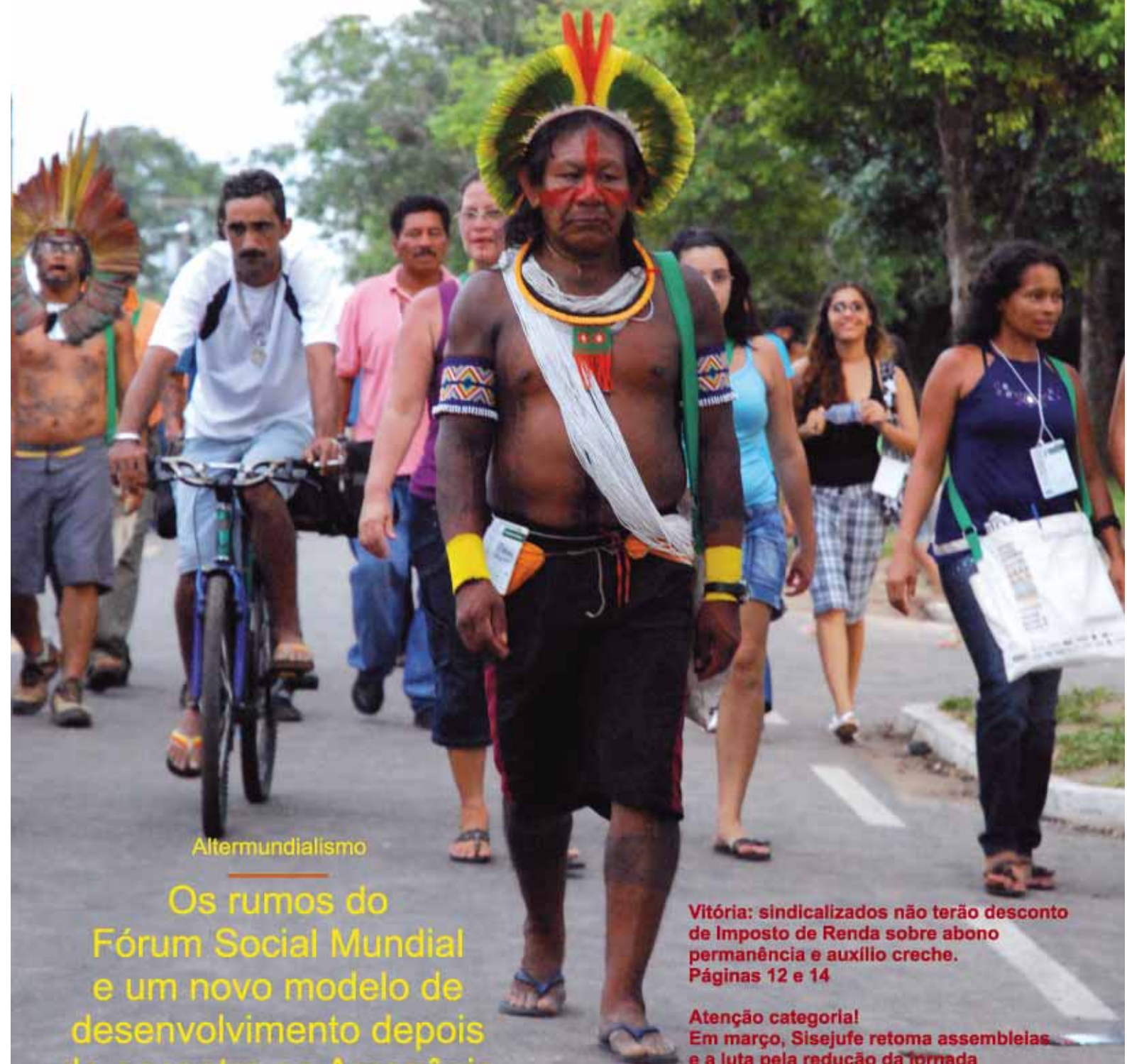


# Ideias

ANO III – nº 23 – Fevereiro e Março de 2009

EM REVISTA

Revista bimestral do Sindicato dos Servidores  
das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro



Altermundialismo

Os rumos do  
Fórum Social Mundial  
e um novo modelo de  
desenvolvimento depois  
do encontro na Amazônia

Da página 28 à 35

**Vitória: sindicalizados não terão desconto de Imposto de Renda sobre abono permanência e auxílio creche. Páginas 12 e 14**

**Atenção categorial! Em março, Sisejufe retoma assembleias e a luta pela redução da jornada Página 15**

## Condições especiais para os filiados do SISEJUFE

- 15% de desconto em peças e serviços
- 50% de desconto em balanceamento e alinhamento
- Toda linha de pneus Pirelli com condições especiais
- Revisão grátis de 40 itens do veículo

### Mecânica Especializada (Nacionais e Importados)

- Mecânica de motores
- Injeção eletrônica
- Manutenção de ar condicionado
- Alinhamento e balanceamento *computadorizados*
- Recuperação de rodas
- Freios
- Suspensão
- Transmissão
- Troca de óleo
- Canos e silenciosos

### Centro de Estética Automotiva

- Pequenos reparos
- Pintura
- Polimento
- Lavagem geral
- Higienização

**Motorista para retirada e entrega do seu veículo.**

*\*Mediante agendamento*



Centros Automotivos



Veículos



Seguros



Boulevard 28 de Setembro, 17 - Vila Isabel  
Rio de Janeiro

(21) 2567 - 7122

Rua Dias da Cruz, 481 - Méier  
Rio de Janeiro

(21) 3899 - 6969

GRUPO  **Super Griffes**  
Um grupo completo, para sua tranquilidade.

**Cartas dos Leitores**

Terceirização na área de segurança do TRT e o caos no Fórum Trabalhista de Nova Iguaçu.

Página 4

**Editorial/Sindicais**

Sisejufe filiou 360 servidores em 2008. Um crescimento de 7,5%. Veja também as decisões da primeira reunião do Conselho de Representantes de Base.

Página 5

**Fenajufe**

Nas notas da Federação, a lei que garante salário integral durante a pós-graduação e a possibilidade da extinção do RJU.

Página 6

**Justiça do Trabalho**

OAB ataca: TRT do Rio é o pior do Brasil!

Página 7

**Convênio**

TRF e TRT já assinaram convênio pelo qual servidores poderão consignar financiamento imobiliário com a Caixa.

Página 8

**Justiça Federal**

O diretor sindical Renato Gonçalves da Silva conversou sobre a criação do GSI com o juiz Marcus Lívio Gomes.

Página 9

**Assédio Moral**

Representante de base do TRT denuncia prejuízo em sua carreira. Já em São Pedro da Aldeia, juíza se licencia mas diretora denunciada permanece no cargo.

Página 10

**Justiça Federal**

TRF regulamenta substituições de cargos em comissão e funções comissionadas. STF cria Central de Mandados.

Páginas 11

**Jurídicas**

Conheça a nova vitória jurídica do sindicato: filiados não terão desconto de imposto de renda sobre o auxílio creche.

Página 12

**Jurídicas**

Sindicato propõe ação contra restrições na licença-capacitação.

Página 13

**Jurídicas**

Outra vitória! Não será cobrado imposto de renda dos sindicalizados sobre o abono de permanência.

Página 14

**Redução da Jornada**

Em março, Sisejufe retoma as assembleias e a luta pelas 6 horas diárias.

Página 15

**Internacional**

O ex-deputado israelense Uri Avnery, fundador do Estado de Israel, critica o seu governo pela ofensiva em Gaza e pela política dos últimos anos.

Páginas 16 e 17

**Internacional**

Entrevistamos Carlos Latuff, nosso ilustrador, que é reconhecido em todo mundo pelo seu ativismo pró-Palestina.

Página 18

**Nacional**

O ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, Marcos Rolim, analisa o Caso Battisti.

Página 19

**Carnaval**

O 14º Botequim do Sisejufe preparou a categoria para os dias de folia.

Página Central

**Nossa História**

O historiador Helder Molina faz o balanço dos 50 anos da Revolução Cubana.

Páginas 22 e 23

**Movimento Sindical**

CUT protesta diante da Vale. Presidente da CUT Artur Henrique falou a Ideias.

Páginas 24 e 25

**Movimento Sindical**

Nosso repórter Max Leone mostra que o ministro do Trabalho insiste na cobrança do imposto sindical para servidores públicos. A CUT reage. E o Sisejufe vai devolver os valores recebidos para os sindicalizados.

Página 26

**Movimento Sindical**

A economista Maria da Conceição Tavares e o ex-ministro Miguel Rosseto falam sobre um novo modelo de desenvolvimento e da luta dos trabalhadores.

Página 27

**Fórum Social Mundial**

Vinícius Souza e Maria Eugênia Sá, de São Paulo, estiveram na Amazônia e contam o que o mundo viu por lá.

Páginas 28 e 29

**Fórum Social Mundial**

O jornalista e escritor Leonardo Wexell Severo cobriu os movimentos do sindicalismo em Belém.

Páginas 30 e 31

**Fórum Social Mundial**

Clarissa Pont faz uma análise histórica do FSM e aponta os possíveis rumos do evento (ou será ainda do "processo") para as próximas edições. As fotos são de Eduardo Seidl.

Páginas 32, 33 e 34

**Gênero**

Conheça o manifesto feminista lançado durante o Fórum de Belém. Veja também a programação no Rio para o Dia Internacional da Mulher.

Página 35

**Oficina Literária**

A força de Padre Cícero é relatada num miniconto de Marlene de Lima. Ou seria tudo uma coincidência?

Página 36

**Mídia**

Ideias em Revista entrou na campanha "Veja outras Caras". Troque o lixo jornalístico disponível em qualquer sala de espera por publicações que enriqueçam o intelecto e a alma dos leitores.

Página 37

**Latuff**

O "guarda" Eduardo Paes mostra como se dá um "choque de ordem".

Página 38



## A terceirização da área de segurança no TRT

O Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região terceirizou a atividade de segurança nas unidades do órgão com atribuições similares ao cargo existente na instituição, a de Técnico Judiciário – Segurança e Transporte, em detrimento dos aprovados em concurso público (Edital 02/04) para o exercício da função em plenitude do exame. O prazo de validade (um ano prorrogável por mais um) foi deixado expirar em 09 de março de 2006 com a alegação de que: “Parte ponderável das necessidades dessa área vem sendo suprida mediante contratação de serviços de segurança, e... que possibilita suprir a necessidade adicional que venha a provocar a abertura de vagas no quadro de agentes de segurança do Tribunal...”.

Em primeira instância o juiz da 11ª Vara Federal Fábio César dos Santos Oliveira, ao proferir a sentença, fez a seguinte observação:

Item 13 - “Assiste razão aos autores quando revelam a similitude dos cargos para que prestaram concurso e a contratação de empresa prestadora de serviços para guarda desarmada. Outrossim, a abertura do processo licitatório dentro do prazo de validade já é indicativo da necessidade do preenchimento das funções”.

Mas, indeferiu o pedido de nomeação dos recorrentes porque o TRT alegou inexistência de vagas (de fato, foram ilegalmente extintos).

Feita a apelação ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, recebida em 23 de maio de 2007, o processo de nº 200651010040110 encontra-se no gabinete do relator da 5ª Turma especializada para despacho/decisão.

Durante a espera, foi possível anexar documentos de fatos que sucederam, a saber:

1. O Ministério Público do Trabalho da 1ª Região, no processo ad-

ministrativo 1163/07, movido pelo Sindicato dos Servidores da Justiça Federais no Estado do Rio de Janeiro (Sisejufe) reconheceu a irregularidade da Resolução 04/07 do TRT que extinguiu o cargo em questão e recomendou ao mesmo que a revise.

2. O Tribunal de Contas da União (TCU), no acórdão 1200/2008, reconheceu a ilegalidade da contratação de empresa para prestar serviços de segurança com atribuições típicas dos Agentes de Segurança do Órgão e cujo cargo está salvaguardado pelo Plano de Cargos e Salários da categoria judiciária.

3. Vários Atos/Portarias foram publicados pelo TRT no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro cujos conteúdos dão conta do surgimento de vagas no cargo, sendo que o primeiro deles (Ato 387/06) foi publicado durante a validade do concurso em término sendo as imediatas no período prorrogável.

Agradecemos a imprensa escrita (...) Agradecemos também o apoio dos que estão nos acompanhando e se colocaram solidários a causa: ao Sisejufe, a Associação dos Servidores da Justiça do Trabalho (ASJT), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do RJ, a TV Concursos e a Associação de Proteção e Apoio aos Concursos (ANPAC), ao Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Pastoris Sociais, e aos partidos e parlamentares que se pronunciaram no Congresso Nacional, visto que o ocorrido não se restringe aos que prestaram concurso, mas abrange a toda sociedade na medida que os fatos relatados foram ocasionados por um órgão (no caso o TRT RJ) que deveria zelar pelas Leis e a Constituição, valer a justiça e contribuir pelo fortalecimento da democracia e das Instituições do Regime.

(...)

**Concursandos do TRT-RJ ao cargo de Técnico Judiciário – Segurança e Transporte**

## Caos no Fórum Trabalhista de Nova Iguaçu

Clamamos ajuda ante a caótica situação que atravessa o TRT do Rio de Janeiro. Mas, nesse manifesto, queremos destacar o problema que vivemos aqui, especificamente no Fórum Trabalhista de Nova Iguaçu situado na Rua Dom Walmor, 270 – Centro. É fato notório a situação por que todos nós passamos, com milhares de processos emperrados. E o pior: todos nós pagamos. De um lado, o servidor que é agredido por palavras; do outro, o advogado que muitas vezes é sacrificado pelo seu cliente, posto que “o processo não anda” e também o jurisdicionado, principal interessado na rápida solução de sua causa. Mas é importante que se delimie os pontos críticos:

1 – O Fórum Trabalhista de Nova Iguaçu não tem elevador! Chega a ser um absurdo que idosos, deficientes físicos e gestantes tenham que subir até 4 andares para ter acesso aos autos de processos ou mesmo audiências. Recentemente, um jornal publicou uma matéria sobre um advogado cadeirante que teve que ser carregado no colo para poder exercer suas atividades. E mais. Em nota, a administração do Tribunal disse que em janeiro o elevador estaria funcionando. Pois é. Janeiro já se foi e nada de elevador. Como se isso não bastasse, chega a ser um desaforo o que consta na porta do referido elevador. Lá tem uma mensagem dizendo que é bom que se suba de escada, pois faz bem a saúde!

2 – O Fórum Trabalhista de Nova Iguaçu não tem sistema eficiente de combate a incêndio! Em uma simples inspeção fica clara a situação de risco que todos nós corremos: advogados, magistrados, partes e servidores. O prédio possui uma estrutura altamente inflamável e nenhuma saída de emergência. Isso sem contar com as péssimas condições da escadaria que, num momento de pânico, poderá ainda mais piorar as coisas.

3 – As partes e seus patronos

sofrem no aguardo de audiências, tendo em vista a péssima estrutura dos corredores, sem ventilação, onde, no calor, chega a ser insuportável a permanência. Por vezes, as secretarias são obrigadas a prestar assistência às pessoas que passam mal. Façam uma visita em dia de audiência e constatem isso!

4 – O balcão de atendimento ao público é péssimo. Não tem estrutura para uma boa consulta processual.

5 – E, por fim, um dos grandes responsáveis pelo péssimo andamento processual: o SAPWeb! Esse programa fica mais tempo parado que funcionando! Isso atrasa e muito simples andamento que necessitam ser lançados nesse sistema. Lamentavelmente, o TRT insiste em mantê-lo, não reconhecendo que ele é péssimo e só veio para atrasar a vida de todos! Viva o antigo SAP que pelo menos funcionava!

É triste, mas devemos reconhecer. Quantos trabalhadores que buscam a tutela do TRT abrem mão de direitos maiores para receber uma miséria em acordos baixos, vis, porque não têm condições de esperar o deslinde natural do processo, uma vez que só Deus sabe quando sua lide irá acabar (isso se o SAP deixar, né?)

Basta observar as matérias recentes sobre a Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro! Nossa Justiça é a pior do Brasil! Lamentavelmente. Infelizmente, essa carta será apócrifa, posto que vivemos num regime castrense. Não queremos remoções para comarcas longínquas. Contudo, esperamos, mais uma vez, que isso não seja vão. Acreditamos piamente que o nosso sindicato não vai se calar diante disso! Precizamos da ajuda de vocês!

**Servidores do Fórum Trabalhista de Nova Iguaçu**

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questão de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.

## 360 novas filiações em um ano

O crescimento 7,5% no número de filiados do Sisejufe, em 2008, mostra rumo certo que empreendemos no trabalho sindical. Enquanto muitos sindicatos sofrem queda de filiados, em números totais e proporcionais, a filiação ao Sisejufe continua crescendo. Com uma base de aproximadamente 8 mil servidores, já ultrapassamos os 4 mil filiados, cerca de 50% do total da categoria. O resultado se torna mais expressivo se comparado a antigas gestões, quando nunca se ultrapassou a marca de 40%. Em 2009, o Sisejufe vai promover uma nova campanha de filiação. O objetivo é atingir 5 mil filiados – 60% do total da categoria no estado do Rio de Janeiro. As lutas e conquistas do sindicato, a qualidade do atendimento jurídico gratuito, a qualidade dos convênios, com destaque do plano de saúde Unimed, faz com que o Sisejufe tenha cada vez mais o respaldo da base. É com ânimo renovado que apresentamos a edição nº 23 de Ideias em Revista. Boa leitura!

# Sisejufe reúne Conselho de Base

Fotos: Henri Figueiredo

O Conselho de Representantes de Base do Sisejufe se reuniu como diretoria do sindicato na noite de 10 de fevereiro. No encontro foram aprovadas as ações jurídicas da entidade em defesa dos servidores de São Pedro da Aldeia, que denunciaram assédio moral por parte de uma diretora. Os representantes decidiram, também, chamar assembleias nos locais de trabalho durante o mês de março para melhor discutir o andamento da proposta do Plano de Carreira e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 34 – que trata da ascensão funcional.

Na reunião, a diretoria do sindicato e os representantes de base decidiram propor a Semana das 6 horas – em que os servidores trabalharão 6 horas por dia com o intuito de demonstrar que é possível aliar essa jornada de trabalho com grande produtividade. Também estão previstos atos públicos e um plebiscito na categoria sobre a questão.

**Aposentados** – Também ficou decidida a participação do Sisejufe no Encontro Nacional dos Aposentados e no Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria, que ocorrerá nos dias 20 e 21 de março, em Brasília. A delegação do sindicato será composta pela coordenadora do Núcleo dos Aposentados Lucilene Lima, pela diretora Vera Lúcia Pinheiro e pelos representantes de base Francisco Costa de Souza e César de Souza Barros. A delegação ainda poderá ser ampliada, de acordo com decisão do Núcleo dos Aposentados.

Em relação à Justiça do Trabalho, o sindicato fará levantamento do número de servidores por cartório e agendará reunião como o desembargador Aloysio Santos, que será empossado em março na presidência do TRT. O objetivo do encontro é discutir a jornada de 6 horas, os critérios para ocupação das FCs e a alocação dos servidores nos cartórios.



Lucilene: coordenadora do Núcleo dos Aposentados

Por fim, ficou decidida na reunião a criação do Núcleo dos Trabalhadores de Informática, que será coordenado pelo representante de base Luís Eduardo Araújo, da Justiça Federal.

\*Da Redação.



Francisco Costa de Souza



Vera Lúcia Pinheiro dos Santos



César de Souza Barros



**SISEJUFEB**

Filiado à Fenajufe e à CUT

SEDE: Avenida Presidente Vargas 509, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20071-003  
TEL./FAX: (21) 2215-2443 – PORTAL: <http://sisejufe.org.br>  
ENDEREÇO ELETRÔNICO: [imprensa@sisejufe.org.br](mailto:imprensa@sisejufe.org.br)

**DIRETORIA:** Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Gilbert de Azevedo Silva, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Luiz Carlos Oliveira de Carvalho, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilho Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Willians Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Márcia Bauer.

**IDÉIAS EM REVISTA – REDAÇÃO:** Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb 18.091) – **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo  
**DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latufi – **CAPA:** Vinicius Souza e Maria Eugênia Sá.  
**CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, João Mac-Cormick, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro  
**IMPRESSÃO:** Gráfica e Editora Cruzado LTDA (8 mil exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em  
Papel Reciclado

## Lei garante salário integral durante pós-graduação

Os servidores federais poderão tirar licença para fazer mestrado (até dois anos) ou doutorado (até quatro anos) no país ou no exterior, recebendo o salário integral, além de férias e décimo terceiro. As vantagens foram incluídas entre os 325 artigos da Medida Provisória 441, que reajusta os salários de parte das carreiras do funcionalismo público. A MP foi convertida na Lei 11.907/2009. O governo também garantiu, na MP 441, que a licença para mestrado ou doutorado contará como tempo de serviço para aposentadoria. A alteração na lei abre brecha para que isso ocorra até mesmo nos casos em que o servidor opte por se afastar sem remuneração, quando o curso

não for de interesse do órgão.

Para ser remunerado, o mestrado ou doutorado escolhido tem que ser submetido à aprovação dos chefes e ser do interesse do órgão. Após três anos no serviço público, incluído o estágio probatório de dois anos, o servidor já poderá se licenciar para fazer o mestrado. No caso do doutorado, são quatro anos. Anteriormente, a Lei 8.112 determinava o afastamento para “participação em programa de treinamento regularmente instituído, conforme dispusesse o regulamento”.

Somente alguns órgãos disciplinaram a inclusão de cursos de pós-graduação stricto sensu,

que titulam o estudante como mestre e doutor em determinado campo do conhecimento nas possibilidades de licença do serviço com recebimento de salário.

Boa parte das carreiras não contemplava essa licença remunerada, restringindo-a a conferências, seminários, congressos e treinamentos. Mesmo nos órgãos que permitiam a licença para pós-graduação, o servidor recebia salário menor, porque era descontada a gratificação por desempenho no exercício da função.

As novas regras estão em vigor desde agosto do ano passado, quando a MP foi editada.

Conforme o Artigo 96-A, o afastamento acontecerá desde que a realização do mestrado ou doutorado “não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário”.

A Lei 8.112/91 já permite que os servidores se licenciem do cargo por até três anos, para assuntos particulares (o que inclui até trabalho na iniciativa privada), sem remuneração, tendo a garantia do emprego na volta, com o mesmo salário ou até maior, se houve reajuste para a carreira durante o período da ausência.

[Fonte: Fenajufe, Agência Diap e Jornal O Dia]

## Câmara aprecia PEC que extingue Regime Jurídico Único

Tramita em regime especial na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição nº 306/08, de autoria do deputado Eduardo Valverde (PT-RO), que modifica o caput do art. 39 da Constituição da República, resgatando o conteúdo da Emenda Constitucional (EC) 19/1998 para extinção do regime jurídico único (RJU) na Administração Pública, permitindo a contratação de servidores públicos pelo regime estatutário ou da Consolidação das Leis do Trabalho.

De acordo com o conteúdo da PEC, somente servidores das carreiras típicas de Estado, como as de diplomacia e as jurídicas, devem ser contratados por regime estatutário.

A PEC 306/08 foi apresen-

tada à Câmara no dia 12 de novembro do ano passado e no dia 2 de dezembro a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) designou o deputado José Genuíno (PT-SP) como relator da proposta. A coordenadora da Fenajufe Lúcia Bernardes afirma que os servidores não podem permitir a retirada de mais esse direito, que é o acesso ao serviço público por meio de concurso. Ela argumenta que a Federação e os sindicatos de base devem atuar em conjunto com outras entidades sindicais do serviço público para impedir que a Câmara aprove a referida matéria.

A PEC 306/08 recupera o teor da EC nº 19, de 1998, que também extinguiu o RJU e criava o emprego público, cujos ocupantes eram contratados pela CLT. Em 2007, o Supremo Tri-

bunal Federal votou pela inconstitucionalidade da Emenda, alegando que o Congresso Nacional não obedeceu o limite mínimo de quórum para aprovação da mudança.

Em entrevista concedida ao Portal da Câmara, Eduardo Valverde justificou a necessidade da PEC alegando que a decisão do STF “criou um vácuo legislativo porque, durante 10 anos, a emenda foi válida e foram feitas contratações de acordo com suas disposições”. Valverde afirmou ainda que “é necessária a flexibilização do regime das relações de trabalho firmadas com a administração pública”.

[Da Fenajufe, com Agência Câmara e Andes/SN].

## Milton de Moura França é eleito presidente do TST

Em sessão realizada na tarde de 2 de fevereiro, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) elegeu a nova direção para o biênio 2009/2010. O próximo presidente será o ministro Milton de Moura França, eleito por unanimidade pelos 27 ministros que compõem o Tribunal. Para a vice-presidência foi eleito o ministro João Oreste Dalazen e para a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o ministro Carlos Alberto Reis de Paula. A eleição seguiu a tradição do TST de seguir, para os cargos de direção, a ordem de antiguidade. A coordenadora da Fenajufe Lúcia Bernardes esteve na sessão de hoje que elegeu a nova diretoria do TST. O mandato do atual presidente, ministro Rider Nogueira de Brito, se encerra no dia 2 de março.

# OAB ataca: o TRT do Rio é o pior do Brasil!



Texto e fotos  
Henri Figueiredo\*

O ato de protesto intitulado “O TRT do Rio é o pior do Brasil” promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) reuniu cerca de 100 pessoas na manhã de quinta-feira, 29 de janeiro, em frente ao tribunal na Rua do Lavradio, na Lapa. Entre os manifestantes, discursaram advogados, representantes do Sindicato dos Advogados, dirigentes da OAB e servidores da Justiça do Trabalho. O Sisejufe marcou presença com o representante de base e agente de segurança Luiz Alberto Feitosa, com os diretores Willians Faustino de Alvarenga e Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e com assessora política Márcia Bauer.

Em sua manifestação, Vera Lúcia lembrou que o sindicato se solidariza com a indignação dos advogados, mas ressaltou que os servidores também são prejudicados pelo estilo de administração que existe hoje no TRT. A diretora sindical disse ainda que a luta pela redução da jornada continua, em que pese a atual presidente do tribunal ter suspenso os próprios atos em que ampliava o horário de atendimento do órgão e reduzia a jornada.

## Esperança de reversão da situação caótica

O tom da maioria das manifestações era de revolta com a situação caótica a que chegou o TRT. Em 28 de junho de 2008, o Sise-

jufe e a OAB promoveram conjuntamente um ato de protesto contra o Sistema SAPWeb. Na época, a promessa da administração era de que em um mês os problemas estariam sanados. No entanto, meio ano depois, a desembargadora Doris Castro Neves, através do Ato 8/2009, suspendeu o expediente externo, os prazos judiciais e as audiências nos dias 22 e 23 de janeiro para que fosse trocado o programa antivírus do sistema de informática.

O presidente da OAB-RJ Wadih Damous afirmou que a entidade vai provar que o TRT do Rio é o pior do Brasil e anunciou o início de um abaixo-assinado que será entregue a parlamentares para chamar a atenção da situação lastimável a que chegou a administração do órgão. Questionado sobre a relação da entidade com o desembargador Aloysio Santos, que assume a presidência do TRT em março, Damous disse que o espírito é de colaboração. “Já tivemos contato com o desembargador Aloysio e estaremos à disposição no que for possível para melhorar essa situação”. De acordo com Damous, a atual administração “já vai tarde.” Em dezembro de 2008, indicado pelo TRT para receber a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário, Damous recusou a distinção em protesto pela “situação por que passa a Justiça do Trabalho em nosso estado”.



Juntando forças: Damous, da OAB, Vera Lúcia, Feitosa e Willians, do Sisejufe

\*Da Redação.

# TRF e TRT assinam acordo com a Caixa Sindicato ainda espera resposta do TRE

Em janeiro, o Sisejufe oficiou ao TRE, o TRT e ao TRF a respeito do acordo firmado entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), para consignação de financiamento imobiliário na folha de pagamento dos servidores públicos federais. A direção do Sisejufe lembrou aos desembargadores presidentes dos tribunais federais que o TRF da 3ª Região já realizou convênio com a CEF nos mesmos moldes que pretende o sindicato. A Caixa anunciou R\$ 10 bilhões para crédito consignado em 2009 e se comprometeu a manter inalterados taxa de juros e prazo de pagamento. O valor representa alta de 25%

sobre os R\$ 8 bilhões destinados a essa modalidade de crédito em 2008.

O convênio para atender ao funcionalismo reformula um acordo existente desde 2003. O novo plano prevê taxas de juros entre 8,9% a 11,5% ao ano, mais variação da Taxa Referencial (TR), enquanto nos demais planos da instituição, em média, as taxas são de 11% mais TR. Não haverá limite para o valor do imóvel a ser financiado. Será analisada só a capacidade de pagamento do comprador, que pode possuir outro imóvel em seu nome.

O TRF, a Seção Judiciária do

Rio de Janeiro e a Caixa Econômica Federal celebraram acordo de cooperação para concessão de financiamento habitacional e outros produtos e serviços aos magistrados e servidores efetivos ativos, inativos e pensionistas da administração direta do Poder Judiciário. A Caixa ratificou, também, em expediente encaminhado à Presidência do TRT, a assinatura do Acordo de Cooperação para Concessão de Financiamento Habitacional aos servidores do Tribunal. Entre os diferenciais previstos no Acordo estão uma taxa de juros pós-fixada, comprometimento máximo de 25% da renda comprovada, prazo contra-

tual de até 30 anos e até 80% de cota de financiamento, de acordo com o prazo contratado, entre outros. Em janeiro, o Sisejufe oficiou os tribunais federais solicitando a assinatura do acordo.

Já o presidente do TRE desembargador Motta Moraes, no ofício 34/09 enviado ao Sisejufe no dia 30 de janeiro, diz que “não havia providência a serem tomadas, por entender que não nos cabe as iniciativas ora requeridas”. Diante de tal resposta, a direção do Sisejufe pergunta: se não cabe à Presidência do TRE a assinatura do convênio, quem é o responsável na Justiça Eleitoral por tal iniciativa?

## Sisejufe tem ação coletiva visando o pagamento dos Quintos

Desde abril de 2008, o Sisejufe possui ação coletiva, em substituição processual, que reclama o pagamento dos passivos referente à parcela denominada Quintos. As administrações dos tribunais já têm reconhecido administrativamente o direito de todos os servidores à incorporação de Quintos pelo exercício de função comissionada até setembro de 2001. No entanto, apesar desse reconhecimento administrativo, os tribunais têm agido morosamente no pagamento dos respectivos passivos, que incluem tanto o valor principal do Quintos, quanto a correção monetária e os juros de mora.

Em razão disso, o Sisejufe protocolou a referida ação coletiva visando a condenação a União, pessoa jurídica responsável pelos tribunais, ao pagamento de todos os passivos e seus acréscimos legais. Por se tratar de substituição processual, garantia constitucio-

nal conferida aos sindicatos (art. 8º, inciso III), não há a necessidade de adesão por parte dos filiados ao Sisejufe, que necessariamente serão abrangidos pelo sentença terminativa do processo, que tem grandes chances de ser procedente, tendo em vista a pacífica posição do Superior Tribunal de Justiça, bem como de outros precedentes mais que dão garantias à tese.

Ação foi distribuída na Justiça Federal do Distrito Federal, sob o nº 2008.34.00.013114-8, e aos cuidados da assessoria jurídica do sindicato, e seu andamento pode ser consultado através do sítio eletrônico [www.df.trf1.jus.br](http://www.df.trf1.jus.br). Pelo fato de a ação tratar de matéria unicamente de direito, não haverá necessidade de instrução processual e a ação pode ser sentenciada em breve. Tão logo seja publicada o Sisejufe comunicará todos seus sindicalizados.

## Sindicato requer pagamento dos juros de mora sobre reenquadramento

No dia 05 de fevereiro, o Sisejufe protocolou requerimento em cada tribunal do Rio de Janeiro, pedindo o pagamento dos juros de mora sobre os efeitos financeiros retroativos do reenquadramento promovido pelo artigo 22 da Lei 11416/2006. Trata-se da correção do enquadramento equivocado efetivado na vigência da Lei 9421/96 para analistas e técnicos judiciários, que fizeram concurso no plano de carreira anterior, porém foram nomeados após a vigência da referida lei, perdendo vários padrões de vencimento no enquadramento inicial. Pelo artigo 22 da Lei 11416/2006, o equívoco foi reconhecido e corrigido, gerando passivos que não estão sendo pagos sem a inclusão dos juros de mora. Invocando dispositivos do Código Civil e outras regras jurídicas que disciplinam os pagamentos extemporâneos, bem como precedentes que reconheceram o direito aos juros de mora (exemplo dos juros dos 11,98%), o sindicato requereu a incidência e pagamento dos juros sobre os atrasados do reenquadramento, desde a lesão.

## Abertas inscrições para o Pré-Vestibular para Trabalhadores do SINDPD-RJ

O Projeto Pré-Vestibular para Trabalhadores, mantido pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas e Órgãos Públicos de Processamento de Dados, Serviço de Informática e Similares do Estado do Rio de Janeiro (SINDPD-RJ) está com inscrições abertas para o ano letivo de 2009. Dirigido a trabalhadores empregados, aposentados ou desempregados que estejam interessados em se preparar para os vestibulares da UERJ, UFF, UFRJ, UNIRIO, UFFRJ, entre outras universidades públicas, o curso tem aulas aos sábados, das 9h às 18h.

As inscrições podem ser feitas na sede do Sindicato (Av. Presidente Vargas, 502 - 12º andar, Centro) de terça a sábado – ou pelo endereço eletrônico [formacao@sindpdrrj.org.br](mailto:formacao@sindpdrrj.org.br). Mais informações telefone 2516-2620, ramal 226/229, das 13h às 19h.



# TRF cria o Gabinete de Segurança Institucional

Texto e foto  
Henri Figueiredo\*

Em vigor desde 2 de fevereiro, a Resolução nº 4/2009, do presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF) desembargador Joaquim Antônio Castro Aguiar, cria o Gabinete de Segurança Institucional (GSI). A iniciativa de Castro Aguiar vem ao encontro da luta do segmento de agentes e de todo o sindicato no sentido da profissionalização e especialização desses servidores – resultado direto da Gratificação de Atividades Externas (GAE) alcançada no Plano de Cargos e Salários (PCS3). O PCS3 levou de volta à área de segurança judiciária grande parte dos agentes, que estavam desviados de suas funções.

Castro Aguiar indicou o desembargador Reis Friede para a direção do GSI. Já o vice-diretor, indicado por Reis Friede, é o juiz federal Marcus Lívio Gomes – responsável pela operacionalização técnica e administrativa de todos os temas relacionados ao GSI. O gabinete passa a coordenar toda a atividade de segurança no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região. A administração do Núcleo de Segurança das seções judiciárias continuam sendo subordinadas ao diretor de cada foro. O que muda efetivamente é a formulação de política de segurança institucional, que passa a ser do GSI, e implementação de treinamento e capacitação continuada.

Na terça-feira, 12 de fevereiro, o juiz federal Marcus Lívio recebeu em seu gabinete, no prédio da JF da Avenida Venezuela, o coordenador do Núcleo de Agentes de Segurança (NAS) do Sisejufe Renato Gonçalves da Silva e o editor de Ideias em



Primeira reunião: diretor do Sisejufe Renato Gonçalves da Silva, à esquerda, e o juiz Marcus Lívio

Revista. Renato está em sua segunda gestão no Sisejufe e é pós-graduado em Política e Gestão em Segurança Pública. A conversa foi acompanhada pelo coronel PM Aristeu Leonardo Tavares, indicado para a Coordenação do Núcleo de Apoio Estratégico do GSI. O gabinete conta também com: Assessoria Técnica de Segurança; Núcleo de Operações, Inteligência e Logística e Divisão de Segurança. Na visita, o vice-diretor do GSI detalhou o andamento da implantação do gabinete e disse que a previsão para que todos os artigos da Resolução 4/2009 estejam regulamentados pelo presidente do Tribunal é de dois meses.

Uma das novidades trazidas pela criação do GSI é o Grupo Especial de Segurança (GES), formado

inicialmente por 18 agentes que passaram por um curso de qualificação concluído em 18 de fevereiro. Entre eles está o diretor financeiro do Sisejufe Valter Nogueira Alves e os representantes de base Jefferson Moreira de Oliveira e Márcio de Souza Marques – este último é o coordenador do Núcleo de Operações, Inteligência e Logística do GSI. A resolução prevê também a criação da Escola de Formação, Capacitação e Especialização dos Agentes de Segurança. De acordo com Marcio Marques, “com a escola, o TRF2 demonstra que a formação na área de segurança não pode ser terceirizada e que a uniformização da capacitação é fundamental em cada TRF do país”.

\*Da Redação.

## Ideias Entrevista Marcus Lívio Gomes

**Ideias** Qual a importância da criação da estrutura do GSI para a JF?

**Marcus Lívio** – A carreira de técnico judiciário na especialidade de segurança e transporte sempre teve o ingresso de concursados sem o treinamento adequado. A JF tem uma demanda na área de segurança muito grande, mas é bom que se diga que os agentes de segurança não serão policiais. Esta é a primeira premissa. Então eles não estão recebendo e nem receberão treinamento de policial. O GSI está fazendo a formatação de cursos que sejam peculiares às atividades de segurança institucional da JF, ou seja, segurança de dignitários e segurança física de instalações.

**Ideias** No bojo da Reforma do Judiciário está a criação da Polícia Judicial. O senhor acha que esse gabinete abre um caminho para a criação dessa polícia?

**Marcus Lívio** – Hoje o GSI não trabalha com a perspectiva de Polícia Judicial. É um tema complexo e amplo que vai ser debatido na próxima etapa da Reforma do Judiciário. É bom que se diga que já existe o Projeto de Lei (PL) 2057 que está

na Comissão de Constituição e Justiça. O GSI foi criado para sistematizar a política de segurança institucional. Visa a capacitação dos agentes de segurança, a capacitação dos juizes em habilidades mínimas com arma, por exemplo. O GSI vai visar a segurança dos servidores através da segurança das instalações. Em tese, o agente de segurança não tem poder de polícia.

**Ideias** A resolução que cria o GSI dispõe sobre o porte de arma para os agentes...

**Marcus Lívio** – A resolução da presidência do TRF realmente trata do porte de arma. Existem já precedentes sobre o porte de arma para agentes de segurança do Judiciário. Tanto o Supremo como o STJ já concederam o porte de arma de fogo institucional. O próprio Estatuto do Desarmamento não faz a distinção do porte de armas para a categoria dos agentes de segurança. Então, a resolução do TRF faz essa previsão e esse porte é restrito, institucional e se destina ao agente durante a sua atividade profissional. A regulamentação para a concessão será feita pela presidência do Tribunal. A resolução não concede o porte indistintamente a todos os agentes.

**Ideias** Quantos servidores, no total, estão envolvidos na criação do GSI?

**Marcus Lívio** – Hoje nós temos em torno de 30 agentes de segurança, contando com os 18 do GES. Temos também 26 policiais militares sendo cinco deles oficiais. A participação dos PMs é importante porque, além constitucionalmente terem o poder de polícia, trazem a experiência técnica necessária para a estruturação e operacionalização do GSI. Há espaço para todos e há previsão de outros cursos que atendam o perfil de cada agente. No curso que estamos fazendo existem módulos de legislação. Legislação penal, administrativa e constitucional. Os agentes terão noções das espécies de prisão, noções dos remédios constitucionais (habeas corpus, mandado de segurança, habeas data), noções dos principais crimes em que, em tese, eles poderiam estar envolvidos na função de escolta e na função de segurança patrimonial (desobediência, desacato, resistência, abuso de autoridade, tortura, direitos dos presos, uso de algema, direitos humanos).

# Servidor denuncia prejuízo na carreira

Henri Figueiredo\*

Há bastante tempo o Sisejufe denuncia o frágil processo de avaliação de desempenho dos servidores do TRT da 1ª Região. Para a direção do sindicato, o processo é nitidamente vertical, ou seja, o chefe imediato tem o total poder de avaliação sobre os subordinados, sem o confronto com as opiniões dos demais atores envolvidos com o serviço público prestado (colégas de trabalho, partes, advogados, juízes, etc.). Não se exige dos avaliadores a fundamentação das notas lançadas ou provas de suas alegações. Por sua vez, compete ao avaliado apresentar contraprovas das alegações feitas, invertendo-se assim as regras do contraditório e da ampla defesa. No entendimento do TRT, ao que parece, o simples fato de uma nota ser dada ou uma fundamentação ter sido feita por um servidor com cargo ou função de chefia confere o *status* de verdade às alegações.

Um típico exemplo de perseguição que pode ser gerada por essas avaliações encontra-se nas avaliações do trabalho do

servidor David Cordeiro, representante sindical de base, quando lotado na SAPOV – Setor Auxiliar da Administração do Foro da Capital. O servidor foi lotado por duas vezes naquela seção e teve problemas com seu chefe imediato. Os desentendimentos foram registrados por correio eletrônico entre o servidor e o superior de seu chefe – num tom de pedido de socorro.

Na avaliação de desempenho, o chefe da SAPOV reprova o servidor baseado em critérios subjetivos. As avaliações permitem que as chefias avaliem desse modo. O subordinado fica refém da subjetividade alheia. Meses depois da avaliação subjetiva e negativa, o supervisor de David Cordeiro ainda o constrangeu numa conduta que pode ser tipificada como assédio moral. De acordo com David, o supervisor mobilizou colegas contra ele, que na época era dirigente sindical, por conta de nova reclamação feita aos superiores do primeiro. Na época, o supervisor teria pedido que os outros trabalhadores do setor enviassem mensagens eletrônicas delatando o então dirigente sindical. Foi uma conduta



Foto: Sérgio Brenner

David: avaliações suspeitas

clássica de assédio porque isolou o servidor e tornou todos os servidores da seção, que responderam a tal solicitação, suspeitos no processo de avaliação.

Davi relata: “Os recursos contra a avaliação prosseguiram e eu insistia que a avaliação fosse anulada, por várias razões, entre elas a da evidente suspeição do chefe da SAPOV para praticar tal ato administrativo”. Enfim, chegou um recurso às mãos da presidente do TRT que decretou a nulidade da avaliação e a suspeição do avaliador. Para David, se as avaliações de desempenho fossem realizadas com a

consulta a várias pessoas, e não só aos chefes, menos riscos haveria de elas se transformarem em instrumentos de vingança pessoal. “O Plano de Carreira tem que modificar a forma de avaliação”, defende.

No entanto, a substituição inevitável do chefe da SAPOV na avaliação ainda não corrigira todos os problemas, já que uma nova avaliação foi feita não por seu substituto mas por seu superior. Tempos depois, na avaliação seguinte, houve nova reprovção – agora assinada pelo substituto do chefe da SAPOV.

Para o diretor do Sisejufe Roberto Ponciano, “o servidor David Cordeiro teve sua carreira prejudicada, perdendo duas referências, prestígio e remuneração, ao sofrer assédio moral através de um mecanismo que devia servir para lhe fazer progredir na carreira. Se o TRT, administrativamente, não corrigir estas falhas, o sindicato vai recorrer à Justiça”. Segundo David Cordeiro, “um Judiciário democrático pressupõe avaliações democráticas de seu pessoal”.

\*Da Redação.

## São Pedro da Aldeia: juíza pede licença, mas diretora permanece

Foto: Henri Figueiredo



Mariana Liria: atenção com o caso de São Pedro da Aldeia

O pedido de licença da juíza federal titular de São Pedro da Aldeia Flávia Caldas da Rocha Ferreira Ornelas, logo após as denúncias do Sisejufe, não acabou com o clima de medo e com o assédio moral na Vara Federal de São Pedro da Aldeia. Isto porque a nova juíza titular, em que pese todas as denúncias apresentadas contra a diretora da vara Celene Maria Silveira, decidiu mantê-la no cargo e punir mais um servidor que foi colocado à disposição enquanto estava de licença médica. Antes disso, a juíza Flávia Or-

nelas já tinha colocado à disposição outro servidor.

O sindicato recorreu à Justiça para manter os servidores na Vara Federal de São Pedro da Aldeia e está acompanhando o desdobramento das denúncias contra a diretora e a juíza Flávia. O Sisejufe vai pedir o agendamento de uma reunião, em São Pedro, para conversar com a atual magistrada e os servidores vítimas de assédio. A direção do sindicato considera descabida a manutenção da diretora após tão

graves denúncias. Até porque sua permanência autoriza a perseguição e o constrangimento daqueles servidores que a denunciaram. Ao mantê-la no cartório, a nova juíza de São Pedro da Aldeia se torna conivente com o assédio moral continuado e pode também ser denunciada pelo sindicato, já que a situação em São Pedro não melhorou após a primeira ação sindical. O caso está sendo acompanhado pela diretora do Sisejufe Mariana Liria e pelo Departamento Jurídico da entidade.

# TRF regulamenta substituições de CJs e FCs

Texto e foto  
Henri Figueiredo\*

O presidente do TRF desembargador Joaquim Antônio Castro Aguiar regulamentou, com a Resolução nº 6, de 5 de fevereiro de 2009, o instituto da substituição para Cargos em Comissão e Funções Comissionadas, no âmbito do TRF da 2ª Região e Seções Judiciárias dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Pelos critérios estabelecidos por Castro Aguiar, somente é cabível a indicação de substituto para os Cargos em Comissão, níveis CJ-4 a CJ-1, e para as Funções Comissionadas de Coordenador, FC-6, e de Supervisor, FC-5, por serem funções de chefia. Não haverá substituição para as funções de Assistência, que neste TRF são as funções de Oficial de Gabinete, FC-5 e Assistentes, níveis FC-6 a FC-1. No âmbito das Seções Judiciárias poderão ser indicados substitutos para Cargo em Comissão, níveis CJ-3 e CJ-2, e para as Funções Comissionadas de Coordenador, níveis FC-6 ou FC-5, Supervisor, FC-5, Oficial de Gabinete, FC-5 e Chefe de Setor, FC-4, sendo incabível a substituição para as funções de Assistente, níveis FC-6 a FC-1.

Na resolução, o presidente do TRF resolveu que todas as Unidades do Tribunal deverão designar, previamente, substituto automático para os eventuais afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares dos titulares de Cargos em Comissão e Funções Comissionadas de direção, chefia e assessoramento, de acordo com o estabelecido no artigo anterior, bem como na hipótese de vacância desses Cargos ou Funções. A Secretaria de Recursos Humanos, até o terceiro dia útil de cada mês, homologará a escala de substitutos eventuais, referente às subs-

tituições do mês anterior, para fins de inclusão em folha de pagamento e registro nos assentamentos individuais. A Unidade que não designar o substituto eventual deverá justificar o motivo, ficando a expedição da Portaria de substituição sujeita à observância dos prazos fixados no art. 5º.

As indicações referentes às Unidades do Tribunal que não têm substituto eventual serão incluídas em Portaria coletiva mensal, a ser expedida pela Autoridade Competente, até o dia quinze de cada mês. Somente será incluída na Portaria coletiva mensal e, conseqüentemente, autorizado o pagamento, quando a indicação do substituto for recebida pela Autoridade Competente até o último dia do período de afastamento ou impedimento do Titular.

O artigo 7º da resolução determina que para a indicação de substituto, e conseqüente pagamento, devem ser considerados os afastamentos e impedimentos do Titular, salvo o afastamento por motivo de recesso, previsto no art. 62, inciso I, da Lei nº 5.010/66, inclusive suas compensações, e de viagens a serviço. O substituto assumirá a titularidade do Cargo em Comissão e da Função Comissionada nos afastamentos e impedimentos do Titular, e na vacância, cumulativamente com o Cargo em Comissão ou a Função Comissionada que ocupa, durante os 30 primeiros dias de substituição, não lhe sendo designado substituto. Somente a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia ininterrupto de substituição é que poderá ser indicado o seu substituto, ou seja, admitido o chamado “efeito cascata”.

O substituto somente receberá a respectiva retribuição pelos dias efetivamente substituídos, sendo descontado o período de



Ronaldo: autor do pedido administrativo

ausência, por qualquer motivo, ainda que seja considerado como de efetivo exercício. No Tribunal o Diretor da Secretaria Geral é competente para expedição de Portaria de Substituição, no âmbito das áreas administrativas e judiciárias, na forma prevista no art. 54, da Resolução nº 3, de 2008, do Conselho da Justiça Federal.

O sindicato havia protocolado um pedido administrativo (PA) nesse sentido. Para o representante de base Ronaldo das Virgens, responsável pela iniciativa do PA, “a resolução vem a sanar uma injustiça, já que o TRF da 2ª Região era o único que não pagava estas substituições inferiores a 10 dias”. “Com esta resolução, as substituições serão sempre pagas, não importando o tempo de substituição na função”, diz ele.

\*Da Redação, com o texto da Resolução nº 6/2209.

## STF cria Central de Mandados

Os ministros do STF decidiram criar uma Central de Mandados. O objetivo é reunir os oficiais de Justiça responsáveis pela expedição dos mandados e acelerar o cumprimento das determinações do Supremo. A resolução foi tomada durante a primeira sessão administrativa do ano, realizada na quarta-feira, 11 de fevereiro. Segundo

informações do STF, também foi formalizada uma readequação da Secretaria Judiciária, com a entrada em funcionamento de núcleo responsável por monitorar os processos criminais que tramitam na Corte, em especial os recursos extraordinários criminais, que deverão ter julgamento priorizado. Os ministros também resolveram que

informações detalhadas sobre processos com pedidos de vista e com liminares a decidir circularão nos gabinetes por meio de relatórios internos. A criação da central de mandados do STF mostra que o desejo de alguns magistrados do Rio de Janeiro de acabar com a CEMAN é um despropósito.

# Sindicalizados não serão taxados no auxílio creche

Em outra vitória para seus filiados (há pouco foi determinado o afastamento do IR sobre o abono de permanência), o Sisejufe obteve tutela antecipada no processo 2008.34.00.040300-9, que tramita na 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, determinando o afastamento do imposto de renda incidente sobre o auxílio pré-escolar, também denominado auxílio-creche. A medida foi adotada para evitar a tributação indevida, que reduz o benefício em até 27,5% de forma inconstitucional, pois a parcela é indenizatória. A decisão beneficia os filiados do sindicato, vinculados a todos os órgãos do Poder Judiciário da União no Estado do Rio de Janeiro. Em decisão final, os filiados poderão receber o retroativo dos descontos de até 10 anos, pois a prescrição tributária de 5 anos vale apenas para os tributos descontados a partir de 2005.



## Outras ações em andamento

### GAS PARA OS APOSENTADOS

Número Principal:  
2008.34.00016873-6

Órgão: 3ª Vara Federal  
Justiça Federal – Brasília

**Resumo:** ação que pleiteia a extensão da GAS aos servidores aposentados.

**Situação do processo:** Determinada intimação das partes para produção de provas e, após, conclusão para sentença.

### APOSENTADORIA ESPECIAL DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA AVALIADORES FEDERAIS

Mandado de Injunção nº 833

Órgão: Supremo Tribunal Federal  
STF – Brasília

**Resumo:** mandado de injunção que pede o suprimento de lacuna normativa, para que os oficiais de justiça possam se aposentar aos 30 anos (homens) e 25 anos

(mulheres), por exercerem atividade de risco

**Situação processual:** Manifestação da Procuradoria-Geral da República pela procedência parcial do pedido. Concluso ao relator.

### APOSENTADORIA ESPECIAL DOS AGENTES E INSPETORES DE SEGURANÇA JUDICIÁRIA

Mandado de Injunção nº 840

Órgão: 2ª Turma  
Supremo Tribunal Federal  
STF- Brasília

**Resumo:** mandado de injunção que pede o suprimento de lacuna normativa, para que os agentes e inspetores de segurança possam se aposentar aos 30 anos (homens) e 25 anos (mulheres), por exercerem atividade de risco.

**Situação do processo:** Despacho do Mi-

nistro Celso de Mello requerendo informações das Impetradas, afirmando o cabimento do mandado de injunção e a possibilidade de garantir ao servidor público o direito à aposentadoria especial, conforme a nova posição do STF, que embasa os pedidos do SISEJUFÉ/RJ. Parecer do PGR pela parcial procedência do mandado de injunção. Concluso ao relator.

### AFASTAMENTO DO IMPOSTO SINDICAL

Número principal:  
2009.34.00.004484-8

Órgão: 7ª Vara Federal  
Justiça Federal – Brasília

**Resumo:** ação que pede a suspensão da cobrança do imposto sindical e a nulidade da Instrução Normativa 1/2008 do Ministério do Trabalho e Emprego, que o institui para o servidor, com base na remuneração de um dia de trabalho.

# Sindicato propõe ação contra restrição da licença-capacitação na Justiça Federal

O Sisejufe ajuizou ação requerendo a anulação da Resolução 22/2008 do TRF da 1ª Região, que limita a licença-capacitação em 15 dias para os cursos de capacitação com carga horária inferior a 10 horas semanais. Conforme fundamenta o sindicato, a medida administrativa é arbi-

trária e viola a previsão contida na Lei 8112/90, que prevê licença-capacitação de até 3 (três) meses para o servidor, a cada 5 (cinco) anos de serviço.

Infelizmente, vários órgãos do Poder Judiciário têm interpretado com discriciona-

riedade o Regime Jurídico Único, considerando facultade o que é dever da Administração e direito do servidor. Conforme afirmado na inicial regulamento do TRF1, em vez de apenas regulamentar a Lei 8112/90, restringe onde a lei não o fez. O protocolo da ação ocorreu

em 22 de janeiro de 2009, na Seção Judiciária do Distrito Federal. O processo é patrocinado pelo escritório Cassel e Carneiro Advogados, assessoria jurídica do sindicato no Distrito Federal, e recebeu o número 2009.34.00.002514-9, aguardando distribuição para uma das varas federais.

## Outras ações em andamento

### ISONOMIA DE FC PARA CHEFES DE CARTÓRIO DA CAPITAL E DO INTERIOR

Número Principal:  
2008.34.00.016369-6

Órgão: 4ª Vara Federal

**Resumo:** ação que pede a extensão da FC-4 para Chefe de Cartório do interior (que recebe apenas FC-1), em isonomia com a FC-4 paga aos Chefes de Cartório da Capital, ou a indenização pela diferença, mais os valores atrasados devidos.

**Situação do processo:** Contestação da AGU.

### ISONOMIA DE REAJUSTE DOS PADRÕES DE VENCIMENTO DA LEI 10475/2002

Número Principal:  
2007.34.00.027889-7

Órgão: 5ª Vara Federal  
Justiça Federal – Brasília

**Resumo:** ação que pleiteia a extensão o maior reajuste de padrão de vencimento da Lei 10475/2002, com diferença de até 27,04%

**Situação do processo:** Re-

curso de apelação a ser protocolado no TRF1.

### ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO NO TRT/RJ

Numero Principal:  
2008.34.00.017096-9

Órgão: 6ª Vara Federal  
Justiça Federal – Brasília

**Resumo:** ação que cobra os valores atrasados do adicional de qualificação, indevidamente restringidos pelo TRT/RJ

**Situação do processo:** Concluso para sentença.

### AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO EM EMPRESA PÚBLICA E SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA FEDERAL, DISTRITAL, ESTADUAL E MUNICIPAL PARA TODOS OS FINS LEGAIS, ESTATUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Número Principal:  
2008.34.00.039370-7

Órgão: 20ª Vara Federal  
Justiça Federal - Brasília

**Resumo:** ação que pede a

declaração do direito à averbação e ao cômputo, para todos os efeitos legais, estatutários e previdenciários, do tempo de serviço prestado às empresas públicas e às sociedades de economia mista, independente do ente federativo a que pertençam, bem como em cargos efetivos distritais, estaduais ou municipais, ambos inclusive para contagem do adicional por tempo de serviço, da licença-prêmio e dos efeitos da contagem de 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos de serviço público previsto nas Emendas Constitucionais 41/2003 e 47/2005.

**Situação do processo:** tutela antecipada indeferida, sob o argumento de que a matéria não pode ser objeto de tutela antecipada contra a Fazenda Pública, decisão pendente de publicação para interposição de agravo de instrumento.

### TRE/RJ – COBRANÇA DE HORAS EXTRAS

Número Principal:  
2008.34.00.022809-4

Órgão: 3ª Vara Federal  
Justiça Federal – Brasília

**Resumo:** ação que pede o

pagamento de horas extras, sem restrições regulamentares

**Situação do processo:** Réplica apresentada.

### AFASTAMENTO DA REDUÇÃO REMUNERATÓRIA DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA, EM FUNÇÃO DA INTEGRALIZAÇÃO DA GAE

Número principal:  
2008.34.00.039798-9

Órgão: 22ª Vara Federal  
Justiça Federal – Brasília

**Resumo:** com a integralização da GAE, os Oficiais de Justiça Avaliadores Federais que recebiam FC-5 tiveram reduzida a parcela, em especial os servidores do A-1 até o C-12, pois o percentual de 35% sobre seus vencimentos é menor do que o valor integral da GAE. Pedese a incidência de 35% sobre o maior vencimento da carreira (C-15) ou, sucessivamente, a manutenção da diferença remuneratória entre a FC-5 e a GAE como vantagem pessoal.

**Situação do processo:** vista à AGU para posterior apreciação da tutela antecipada.

# Não será cobrado IR sobre o abono de permanência

Em decisão divulgada em 28 de janeiro, o Sisejufe obteve mais uma vitória para os sindicalizados com a tutela antecipada deferida no processo 2008.34.00.035658-2, pela 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, determinando o imediato afastamento da incidência do imposto de renda sobre o abono de permanência. A demanda foi movida em substituição processual pelo sindicato, defendendo a natureza indenizatória do abono de permanência, isenta de tributação. O abono foi criado para indenizar o servidor que poderia se aposentar, mas opta por continuar trabalhando.



## Sisejufe ajuíza ação para afastar imposto sindical dos filiados

O Sisejufe ajuizou na quarta-feira, 11 de fevereiro, ação de procedimento comum pelo rito ordinário, com pedido de antecipação de tutela, para suspender a exigência do imposto sindical de seus filiados. A medida foi adotada frente à Instrução Normativa nº 1, de 30 de setembro de 2008, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, cuja

nulidade é suscitada na ação do sindicato, sob vários aspectos formais e materiais.

A exigência da contribuição/imposto sindical, supostamente pautada no artigo 8º, inciso IV, da CF/88 e na CLT, é inaplicável aos servidores públicos e a instituição do tributo por ato do Poder Executivo afronta

vários princípios e regras previstos na Constituição e em leis federais. Em tutela antecipada, a entidade sindical pediu a suspensão imediata dos descontos programados para o próximo mês. O processo recebeu o nº 2009.34.00.004484-8 na Seção Judiciária do Distrito Federal, sob o patrocínio da assessoria jurídica do sindicato em Brasília.

## Outras ações em andamento

### REAJUSTE DE 14,23%

Número Principal:  
2007.34.00.040968-1

Órgão: 21ª Vara Federal  
Justiça Federal – Brasília

**Resumo:** ação que considera a VPI da Lei 10698/2003 como complemento de revisão geral de remuneração, pleiteando o reajuste de 14,23% para a remuneração do servidor

**Situação do processo:** Réplica apresentada. Ato ordinário para especificação de provas. Matéria de direito. Breve conclusão ao juiz para sentença.

### CORREÇÃO DA VPNI DOS QUINTOS DE FC-7 A FC-10, PELA VARIAÇÃO DOS CJ-1 A CJ-4

Número Principal:  
2007.34.00.043584-8

Órgão: 22ª Vara Federal  
Justiça Federal – Brasília

**Resumo:** devido ao reajuste linear de 50% dos CJ-1 a CJ-4 (Lei 11416/2006), pede-se a correção da VPNI dos quintos de FC-7 a FC-10 (transformados em CJ-1 a CJ-4 pela Lei 10475/2002) no mesmo percentual

**Situação do processo:** Recurso de apelação

ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região interposto pelo SISEJUF/RJ, pois o juízo de primeiro grau entendeu que não é possível repassar os efeitos do reajuste de CJ para a VPNI.

### CORREÇÃO DA VPNI DOS QUINTOS DE FC-1 A FC-6, PELA VARIAÇÃO DOS CJ-1 A CJ-4

Número Principal:  
2008.34.00.035657-9

Órgão: 1ª Vara Federal  
Justiça Federal – Brasília

**Resumo:** devido ao reajuste linear de 50% dos CJ-1 a CJ-4 (Lei 11416/2006), pede-se a correção da VPNI dos quintos de FC-1 a FC-6 no mesmo percentual.

**Situação do processo:** Prazo para contestação da União.

### AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA O RECONHECIMENTO DA UNIÃO HOMOAFETIVA PARA TODOS OS FINS LEGAIS E ESTATUTÁRIOS, INCLUSIVE PREVIDÊNCIA E PLANO DE SAÚDE

Número principal:  
2008.51.01.021586-1

Órgão: 6ª Vara Federal  
Justiça Federal – Rio de Janeiro

**Resumo:** ação civil pública ajuizada pelo SISEJUF/RJ, requerendo o reconhecimento da união homoafetiva para todos os efeitos administrativos, inclusive dependência do plano de saúde e previdência dos órgãos do Poder Judiciário da União no Estado do Rio de Janeiro.

**Situação do processo:** concluso para decisão sobre a tutela antecipada.

### INCORPORAÇÃO DE QUINTOS ATÉ A MP 2.225-45/2001 E COBRANÇA DOS VALORES ATRASADOS

Número Principal:  
2008.34.00.013114-8

Órgão: 16ª Vara Federal  
Justiça Federal – Brasília

**Resumo:** com a MP 2225-45/2001, prorrogou-se a incorporação de quintos até a vigência da referida medida provisória. Os tribunais reconheceram o direito, mas não pagaram o passivo. Na ação, o sindicato cobra os valores devidos.

**Situação Processual:** Decisão limitando o pólo passivo a grupos de 10, por aplicação analógica do artigo 46, parágrafo único, do CPC. Afronta a precedentes consolidados do STJ e STF. Recurso em tramitação.

# Sindicato retoma fôlego por 6 horas diárias

Roberto Ponciano\*

Diante da ópera bufa da presidente do TRT, que assinou portaria reduzindo a jornada e depois alegou a própria ignorância para revogá-la, e da indefinição da presidência do TRF, que diante da oposição da Ajufe não colocou em pauta o projeto de redução de jornada e da falta de resposta do TRE, o sindicato está chamando uma semana de luta pela redução da jornada. Faremos assembleias em todos os fóruns com sugestão de uma semana de luta pelas 6 horas. Qual é o grande objetivo da Semana de 6 horas? Fazer com que todos os fóruns do Rio de Janeiro trabalhem uma semana inteira de 6 horas, provando aos nossos administradores que é possível sim a redução da jornada sem nenhum prejuízo às tarefas.

### Estratégias diferentes

Como em cada fórum a luta está num patamar diferente, a ideia é traçar diretrizes também díspares. No TRT, diante do trágico desfecho da administração Doris, a proposta é abrir um canal de comunicação com a nova administração para adoção da jornada.



da. Na Justiça Federal, a ideia é tentar colocar em votação a proposta antes da saída do atual presidente. Caso não consigamos, a ideia é encetar novas negociações com o próximo presidente para conseguir a redução. No TRE é preciso fazer andar a negociação para a adoção da jornada reduzida. Na visão do Si-

### Calendário de Assembleias e Atos Públicos

- 9 de março – segunda-feira, 12h  
– Justiça Federal (Avenida Venezuela)
- 10 de março – terça-feira, 12h  
– Justiça Federal (Avenida Rio Branco)
- 10 de março – terça-feira, 15h  
– TRE (Sede)
- 11 de março – quarta-feira, 10h  
– TRT (Rua do Lavradio)
- 11 de março – quarta-feira, 13h  
– TRF (Rua Acre)
- 12 de março – quinta-feira, 11h  
– TRT da Avenida Antônio Carlos

sejufe, nos três tribunais há condições maduras para a adoção da redução da jornada. Nas assembleias será informado também sobre o andamento do projeto de Plano de Carreira.

\*Diretor do Sisejufe

## Restrição de licença-saúde ameaça servidores

Servidores da Justiça Federal têm denunciado uma prática abusiva de alguns peritos do Setor de Saúde da JF, que agem amparados pela discricionariedade da lei 8112 – que dá ao médico perito o direito de fixar o período da licença para mais ou para menos. O problema é que não há nenhum caso de extensão da licença pelo fato de o servidor não apresentar melhoras. Em casos assim, o servidor precisa que seu próprio médico particular ateste a necessidade de licença.

Servidores estão procurando o sindicato denunciando que os peritos têm cassado as licenças ainda durante o período de restabelecimento dos doentes. Há relatos de servidores operados que tiveram suas licenças cassadas e precisaram voltar ao trabalho antes do período prescrito pelo médico especialista. De acordo com o diretor do Sisejufe Roberto Ponciano, o

caso é “um absurdo e configura assédio moral por parte de quem tinha que defender a saúde dos trabalhadores”. “Como um servidor se restabelecendo de doença pode ser forçado ao trabalho pelo profissional que antes devia preservar sua saúde?”, questiona Ponciano. O diretor do sindicato é incisivo: “Se um médico age assim, não é se comporta como médico mas como capaz de indústria que visa extrair o maior valor possível do trabalho. Não somos máquinas, somos seres humanos e nossa saúde deve estar em primeiro lugar”.

Diante das denúncias, a direção do Sisejufe divulga duas orientações aos servidores:

1. Todo o servidor que tiver sua licença cassada ou restrita por profissional de saúde do Judiciário Federal deve se dirigir ao sindicato. O Sisejufe pode formalizar denúncia junto ao Cremerj contra os médicos

que casam licenças emitidas por pares especialistas.

2. Os servidores devem denunciar qualquer tipo de prática lesiva a sua saúde. A desconfiança infundada sobre a doença do trabalhador configura, por si só, assédio moral. A prática de assédio moral por profissional da saúde será denunciada tanto na corregedoria quanto nos veículos de comunicação do sindicato. Não se justifica sequer por uma possível pressão de magistrados para que o profissional de saúde, em lugar de se ocupar com diagnóstico e tratamento, vire fiscal de desempenho e aja no intuito de fazer retornar prematuramente ao trabalho os servidores que estejam doentes. A recaída ou a piora nas condições de saúde deste servidor são de responsabilidade do profissional de saúde que casar ou restringir sua licença.

# Operação Soldadinho de Chumbo

**Essa guerra é como um graffiti no muro: Israel está perdendo a chance histórica de fazer paz com o nacionalismo árabe secular. Amanhã talvez seja obrigada e enfrentar um mundo uniformemente árabe fundamentalista: o Hamas multiplicado por mil.**

Uri Avnery\*

Pouco depois da meia-noite, o canal árabe Al Jazeera exibiu matéria sobre os eventos em Gaza. De repente, a câmera apontou para o céu escuro. Tela negra. Não se via coisa alguma. Mas ouvia-se o ruído dos aviões, assustador, um rugido apavorante. Impossível não pensar nas dezenas de milhares de crianças de Gaza que ouviam aquele ruído naquele momento, encolhidas, paralisadas de medo, à espera da explosão das bombas.

“Israel tem de defender-se contra os foguetes que aterrorizam as cidades do sul do país”, explicou o porta-voz israelense. “Os palestinos têm de reagir contra o assassinato de seus combatentes na Faixa de Gaza”, declarou o porta-voz do Hamas.

De fato, não se pode dizer que o cessar-fogo foi rompido, porque nem chegou a haver cessar-fogo, para começar. A principal exigência, para que haja qualquer cessar-fogo na Faixa de Gaza é que se libere a passagem nos postos de fronteira. Não há vida possível em Gaza sem um fluxo regular de suprimentos. E os postos não foram abertos, senão apenas por algumas horas, esporadicamente. O bloqueio por terra, mar e ar contra 1,5 milhão de seres humanos é ato de guerra, tanto quanto lançar bombas ou lançar rojões. O bloqueio paralisa a vida na Faixa de Gaza: extingue fontes de trabalho e emprego, limita oportunidades onde já praticamente não há oportunidade alguma, leva centenas de milhares de pessoas à fome, impede que os hospitais funcionem, corta o suprimento de eletricidade e água.

Os que decidiram fechar os postos de passagem, seja qual tenha sido o pretexto, sabem que nunca haveria e não houve efetivo cessar-fogo, nessas condições. Isso é o principal. Depois, vieram as provocações menores, planejadas para obrigar o Hamas a reagir. Depois de vários meses, durante os quais praticamente não foram

lançados rojões Qassam, uma unidade do exército foi mandada à Faixa, para “destruir um túnel localizado muito próximo da cerca de fronteira”. De um ponto de vista estritamente militar, faria mais sentido montar uma emboscada dos dois lados da cerca. Mas o objetivo era criar um pretexto para pôr fim ao cessar-fogo, de modo que parecesse plausível culpar os palestinos. Afinal, depois de várias pequenas ações, nas quais foram assassinados combatentes do Hamas, o Hamas retaliou com lançamento massivo de rojões e, abracadabra, acabou o cessar-fogo. Todos culparam o Hamas.

Para quê? Tzipi Livni disse abertamente: para derrubar o governo do Hamas em Gaza. Os rojões Qassam foram o pretexto. Derrubar o governo do Hamas? Soa como capítulo de “A Marcha da Insensatez”. Afinal de contas, todo mundo sabe que, para começar, o governo de Israel praticamente criou o Hamas. Uma vez, perguntei a um ex-chefe do Shin-Bet, Yaakov Peri, sobre isso, e ele respondeu-me com ar enigmático: “Não criamos, mas tampouco dificultamos.”

Durante anos, as autoridades da ocupação estimularam o movimento islâmico nos territórios ocupados. Quaisquer outras atividades políticas foram rigorosamente suprimidas, mas a atividade dos movimentos islâmicos nas mesquitas continuou liberada. O cálculo foi tão simples quanto ingênuo: a OLP era considerada o principal inimigo de Israel, Yasser Arafat era o demônio da hora. O movimento islâmico combatia a OLP e Arafat. “Então”... foi tratado como aliado de Israel.

Na primeira intifada, em 1987, o movimento islâmico oficialmente se rebatizou: passou a chamar-se Hamas (sigla, em árabe, de “Movimento da Resistência Islâmica”) e mergulhou na luta. Mesmo então, o Shin-Bet nada fez contra o Hamas durante quase um ano, enquanto os membros do Fatah eram executados ou presos aos magotes. Israel só reagiu depois de um ano, e prendeu também Sheikh

Ahmed Yassin e seus seguidores.

Depois disso, as coisas mudaram. Hoje, o demônio da hora é o Hamas, e a OLP é vista por muitos em Israel quase como um braço do movimento sionista. A conclusão lógica, se o governo de Israel quisesse a paz, seria aceder ao que pedem as lideranças do Fatah: fim da ocupação, assinar um tratado de paz, instituir um Estado da Palestina, retorno às fronteiras de 1967, solução razoável para o problema dos refugiados, libertação de todos os prisioneiros palestinos. Com isso, com certeza, o crescimento do Hamas teria sido contido.

Mas lógica e política não se dão bem. Nada daquilo aconteceu. Aconteceu o contrário. Depois do assassinato de Arafat, Ariel Sharon declarou que Mahmud Abbas, que sucedeu Arafat, era “galinha depenada”. Não permitiram que Abbas contabilizasse a seu favor nenhum feito político, por pequeno que fosse. As negociações, patrocinadas pelos EUA, viraram piada. O mais autêntico dos líderes do Fatah, Marwan Barghouti, foi preso, com sentença de prisão perpétua. Em vez de libertação de prisioneiros, só “gestos” estreitos e insultantes.

Abbas passou a ser sistematicamente humilhado, o Fatah virou saco vazio e o Hamas obteve retumbante vitória eleitoral nas eleições na Palestina— as eleições mais democráticas que jamais houve no mundo árabe. Israel imediatamente pôs-se a boicotar o governo eleito. Na luta interna que se seguiu, o Hamas obteve controle direto sobre a Faixa de Gaza.

Agora, depois de tudo isso, o governo de Israel decidiu “liquidar o poder do Hamas em Gaza” com sangue, fogo e colunas de fumaça. O nome oficial da guerra é “Cast Lead” (soldadinho de chumbo, dentre outras traduções possíveis), duas palavras tiradas de uma canção infantil sobre um brinquedo do Hanukkah.

Mais adequado seria que a chamassem “Guerra das Urnas”.







Já outras vezes, no passado, também houve guerra durante campanhas eleitorais. Menachem Begin bombardeou o reator nuclear do Iraque durante a campanha eleitoral em 1981. Quando Shimon Peres reclamou que seria golpe eleitoral, Begin esbravejou, logo no comício seguinte: "Judeus! Crêem que eu mandaria nossos valentes rapazes para a morte ou, pior, para cair prisioneiros nas mãos de animais, só para vencer uma eleição?" Begin venceu.

Peres não é Begin. Quando, durante a campanha de 1996, ordenou a invasão do Líbano (operação "Vinhos da Ira"), todos sabiam que o fizera por puro cálculo eleitoral. A guerra foi um fracasso para Israel, Peres perdeu e Binyamin Netanyahu chegou ao poder.

Barak e Tzipi Livni recorrem agora ao mesmo velho golpe. Segundo as pesquisas, só nas últimas 48 horas, Barak já conquistou mais cinco cadeiras no Parlamento. Cerca de 80 cadáveres de palestinos por voto eleitoral.

Fato é que é muito difícil caminhar sobre uma pilha de cadáveres. Os ganhos eleitorais podem evaporar. Basta, para que evaporem, que a opinião pública em Israel passe a ver a guerra como um fracasso. Por exemplo, se os Qassams continuarem a atingir Beersheba, ou se a invasão por terra levar a muitas mortes de soldados israelenses. O timing foi cuidadosamente escolhido, também por outro critério. Os ataques começaram dois dias depois do Natal, quando os líderes europeus e norte-americanos estão em férias, até o Ano Novo. A idéia brilhante: ainda que alguém sinta algum ímpeto de deter a guerra, ninguém desistirá do feriado. Assim, Israel ganhou vários dias sem qualquer pressão do exterior.

Mais uma razão para a ocasião escolhida: eram os últimos dias de George Bush na Casa Branca. Cobia esperar que esse tolo encharcado de sangue apoiasse entusiasticamente a chacina, o que, de fato, ele fez. Barack Obama ainda não tomou posse e encontraria pretexto perfeito, pronto, para não interferir: só há um presidente. O silêncio nada acrescenta, de positivo, à história do governo Obama.

A idéia central foi: não repetiremos os erros da Segunda Guerra do Líbano. Essa fala foi incansavelmente repetida em todos os jornais, nas entrevistas e noticiários de televisão. O que não altera o fato: a Guerra de Gaza é réplica quase idêntica da Segunda Guerra do Líbano. O concei-



to estratégico é o mesmo: aterrorizar a população civil, com ataques implacáveis por ar, semeando a maior quantidade possível de morte e destruição. Esse tipo de estratégia não implica risco para os pilotos israelenses, porque os palestinos não têm qualquer armamento de defesa anti-aérea. O plano: se a infraestrutura de manutenção diária das populações que vivem na Faixa for completamente destruída e se se implantar total anarquia... a população se levantará e derrubará o regime do Hamas. Então, Mahmude Abbas voltará para Gaza montado nos tanques de Israel.

No Líbano, o mesmo plano deu errado. A população chacinada, inclusive cristãos, reuniu-se em torno do Hezbollah, e Hassan Nasrallah tornou-se herói do mundo árabe. O mesmo, provavelmente, acontecerá agora. Generais entendem de matar e movimentar tropas, não de psicologia de massas. Há algum tempo escrevi que o bloqueio de Gaza é experimento científico, para determinar o quanto aguenta uma população privada de tudo, antes de que a espinha dorsal se parta. É experimento conduzido com o generoso apoio da Europa e dos EUA. Até agora, deu em nada. O Hamas tornou-se mais forte e os Qassam alcançam alvos cada vez mais distantes. A guerra, hoje, é a continuação do mesmo experimento, por outros meios.

(...) Dia a dia, noite após noite, o canal árabe Al-Jazeera exibe imagens atroz: corpos mutilados, velhos e crianças chorando, à procura dos seus, nas dezenas de cadáveres espalhados no chão, uma mulher puxando de uma pilha de cadáveres o cadáver de uma menina, médicos exauridos, sem remédios e sem gaze, tentando salvar a vida dos feridos. (...) Milhões de pessoas estão vendo aquelas imagens terríveis, tela após tela, dia e noite. São imagens que ficam gravadas na memória para sempre: Israel, a horrível. Israel, a abominável. Israel, a desumana. Cria-se hoje mais uma gera-

ção que odeia. É erro horrendo, pelo qual Israel continuará a pagar, até muito depois de todos esquecerem quaisquer outros resultados dessa guerra.

Mas outra coisa está também sendo inscrita para sempre, na mente de milhões: o retrato dos miseráveis, corruptos, passivos regímenes árabes. Do ponto de vista dos árabes, um fato é hoje visível, inescapável: que governos vergonhosos! Para o milhão e meio de árabes em Gaza, que sofrem tão terrivelmente, a única abertura para o mundo, não controlada por Israel, é a fronteira com o Egito. Só por ali podem chegar comida para matar a fome, ou medicamentos para os feridos. Essa fronteira permanece fechada, no momento do terror máximo. O exército egípcio bloqueou a única via possível para que cheguem remédios, em momento em que os feridos estão sendo operados sem anestésicos.

Por todo o mundo árabe, de um extremo a outro, ecoaram as palavras de Hassan Nasrallah: Os líderes egípcios são cúmplices do crime. Estão colaborando com o "inimigo sionista" na tentativa de dobrar o povo da Palestina. Evidentemente, não se referia apenas a Mubarak, mas a todos os demais, do rei da Arábia Saudita ao presidente palestino. Quem assiste às manifestações que estão acontecendo em todo o mundo árabe e ouça seus slogans terá a impressão de que, para muitos árabes, os políticos parecem patéticos, no melhor dos casos; ou criminosos colaboracionistas, no pior.

Tudo isso terá consequências históricas. Uma geração inteira de líderes árabes, uma geração imbuída da ideologia secular do nacionalismo árabe, os sucessores de Gamal Abdal-Nasser, Hafez al-Assad e Yasser Arafat, pode estar sendo varrida do cenário. Podem estar dando lugar, no mundo árabe, à única alternativa que ainda parece viável: a ideologia do fundamentalismo islâmico. (...)

Meu motorista de táxi, em Tel-Aviv, dia desses, pensou em voz alta: Por que não convocam os filhos dos ministros e dos deputados, organizam batalhões e os mandam invadir Gaza por terra?

\*85 anos, ex-deputado do Knesset, soldado que ajudou a fundar Israel em 1948 e que há décadas milita pela paz. Jornalista, membro fundador do Gush Shalom (Bloco da Paz Israelense).

**“Resistência se faz com armas, mas também com poesia, arte e protesto”**

Carlos Henrique Latuff é carioca de São Cristóvão, tem 40 anos, e há uma década é ativista pró-Palestina. O ilustrador de Ideias em Revista trabalha também para outras publicações do movimento sindical e seu blog [http://tales-of-iraq-war.blogspot.com] repercute internacionalmente pelo traço e pela crítica mordaz às guerras empreendidas pelos Estados Unidos e por Israel. O avô materno Nagib, a quem não conheceu em vida, era libanês – daí o Latuff do sobrenome, mas o interesse pelas causas populares e, em especial, pela causa palestina, surgiu na década de 90. Primeiro, via Internet, ao saber dos Zapatistas do subcomandante Marcos, no México. Depois, em 98, quando foi convidado por uma ONG de Ramallah, na Cisjordânia, a visitar os Territórios Ocupados. Ele esteve também em Jerusalém e Tel Aviv. Ficou estarrecido com a opressão do povo palestino e com os relatos de brutalidades cometidas pelos militares e colonos israelenses. [Henri Figueiredo/Da Redação]



Latuff: arte e ativismo

Israel contra a população civil em Gaza foi tão grotesca que nem a “grande” mídia foi capaz de aliviar a barra. Israel tem se superado em matéria de barbárie.

**Ideias** – Você não acha que a postura extremista do Hamas e de negação da existência do Estado de Israel também se presta aos radicais de direita?

Latuff – Quando estive na Palestina, em 99, pude conhecer várias iniciativas de resistência que não passam pelo enfrentamento armado. Resistência se faz com armas, mas também com arte, poesia, protestos e manifestações pacíficas. Ainda assim, culpar o Hamas é isentar o agressor.

**Ideias** – O cartoon hoje em dia não está muito asséptico?

Latuff – Ninguém quer botar na reta. A maioria dos artistas atualmente tá contaminada pela lógica pós-modernista, acham que não tem mais luta de classe. Dizem que eu sou maniqueísta e ultrapassado.

**Ideias** – Você não cobra quando desenha sobre os palestinos. Por que?

Latuff – Minha arte em favor dos palestinos transcende uma questão profissional ou artística. Tem a ver com o que sinto por eles. Não é mais questão política, é pessoal. É minha maneira de expressar não só meu apoio à luta dos palestinos mas também meu amor por esse povo.





Cesare Battisti

Marcos Rolim\*

A decisão do ministro Tarso Genro, que concedeu refúgio político a Cesare Battisti, originou intensa polêmica. As qualificadas razões expostas por Tarso, entretanto, não constituem o centro da discussão aliás, elas sequer são referidas pela maioria dos que passaram a contestá-la. Aqui, como tem sido comum, se pretende desgastar o governo a qualquer custo, especialmente ao custo da reflexão que o caso deveria ensejar. Battisti integrou um grupelho extremista, Proletários Armados pelo Comunismo (PAC), ao final dos anos 70 na Itália. Havia sido condenado em um processo criminal por ações atribuídas a este grupo, mas evadiu-se de prisão e refugiou-se na França. Em 1982, Pietro Mutti, um dos líderes do PAC, foi preso e passou à condição de *collaboratore di giustizia*.

Foi ele quem implicou Battisti na autoria de dois homicídios e na co-autoria de outros dois – o que foi sempre negado pelo acusado – recebendo pela delação uma sensível redução de sua pena. Fala-se que a Itália respondeu às ações armadas – especialmente covardes, assinala-se – com o estado democrático de direito, o que é verdadeiro. O que não se fala é que a Itália empregou para tanto leis de exceção que reduziram o espaço de defe-

**“Battisti foi protegido no período Mitterrand por mais de uma década, sem que as autoridades italianas articularsem um só movimento de protesto.”**

# O caso Battisti

sa dos acusados. Democracia e exceção, aliás, não são pares excludentes. Basta ver o significado da experiência da prisão de Guantánamo no estado de direito nos EUA.

Battisti foi protegido no período Mitterrand por mais de uma década, sem que as autoridades italianas articularsem um só movimento de protesto. Agora convocam seu embaixador e montam um circo bem ao gosto de um governo dirigido por um fanfarrão chamado Berlusconi. Os detratores de Lula, claro, torcem pela Itália. Com notáveis exceções, observa-se entre os críticos da decisão governamental o mais acabado farisaísmo. Nenhum deles criticou no passado a concessão do asilo a um criminoso político do porte de Alfredo Stroessner e quase todos entendem que a lei da anistia no Brasil impede a punição dos assassinos e torturadores da ditadura.

Quando Stroessner foi asilado, sustentei que o Brasil deveria recebê-lo. Muitos anos depois, como presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, liderei um movimento para que o ditador paraguaio fosse julgado no Brasil com fulcro no art. 7º, inciso I, alínea “a” e inciso II, alínea “d”, do Código Penal. Imaginava que seria importante produzir uma verdade jurídica que o responsabilizasse, ainda que não houvesse mais senti-

**“Os detratores de Lula, claro, torcem pela Itália. Com notáveis exceções, observa-se entre os críticos da decisão governamental o mais acabado farisaísmo.”**

do puni-lo. O mesmo vale para os torturadores no Brasil. Puni-los, a esta altura do campeonato, me parece deslocado e obtuso. Inaceitável é a ausência de uma sentença – mesmo cível – que os nomeie como torturadores. Mas a anistia no Brasil surgiu exatamente para que não se soubesse a verdade.

Esta verdade jurídica foi produzida na Itália. Não sei se Battisti esteve ou não envolvido com os homicídios a ele imputados. O que sei é que aqueles fatos ocorreram há 30 anos; que as provas são frágeis e que mandar alguém para a cadeia pelo resto de sua vida é uma possibilidade sem semelhança com a ideia de justiça. A decisão do ministro Tarso Genro deveria, por isso mesmo, orgulhar os brasileiros; até mesmo aqueles que torcem pela Itália...

Foto: Eduardo Seidl



Em Belém: ministro Tarso cumprimenta líder indígena durante o furacão Battisti

# 14º BOTEQUIM DO SISEJUFE



Texto e fotos  
Henri Figueiredo\*

Uma festa inesquecível! Foi assim o 14º Botequim do Sisejufe, na noite de sexta-feira, 13 de fevereiro, no DC Grill, na avenida Rio Branco. Com ingressos a R\$ 20,00 com direito a bebida liberada, vários tipos de comidas e um grande show do grupo Tons da Lapa, 300 servidores do Judiciário Federal caíram no samba e pularam ao som de marchinhas clássicas de carnaval.



O Baile Pré-Carnavalesco do Sisejufe foi a segunda festa promovida pelo sindicato no restaurante que fica no subsolo do Clube de Engenharia. E a festa foi considerada uma dos melhores já produzidas pelo Departamento de Formação e Cultura.

O grupo Tons da Lapa é formado por Jade Perrone (pandeiro), Marcelo Matos (percussão), Pedro Ho-





landa (voz e violão), Roberta Nistra (voz e cavaquinho), Samuel Oliveira (percussão) e pelo flautista de Chico Buarque, Marcelo Bernardes. Em mais de 3 horas de apresentação, intercaladas por uma discotecagem que priorizou samba, o grupo não deixou ninguém sentado ou sem um sorriso no rosto.



O próximo Botequim do Sisejufe está programado para o mês de junho, com comidas típicas de festas juninas e muito forró.

\*Da Redação.



# 50 anos da Revolução Cubana: a sol

Helder Molina\*

1º de janeiro de 1959 – 1º de janeiro de 2009: 50 anos de resistência, dignidade, solidariedade e revolução em Cuba. O maior feito desta pequenina ilha, com um povo cheio de dignidade e coragem, é o de mostrar ao mundo que é possível construir uma sociedade baseada no bem estar do ser humano e não na mercadoria, no lucro, na especulação e na acumulação de capital. Um exemplo de projeto de sociedade, nestes tempos de desmonte do edifício capitalista no mundo.

E isto ameaça a lógica e a doutrina capitalista, por isso Cuba é rejeitada pela grande mídia (redes de TV, jornais e agências de notícias) e por uma parte da sociedade que quer impor as condições de suas vidas para a totalidade do mundo.

Mas a revolução não é do partido, nem de Fidel ou Raul, ela pertence ao povo, que segue adiante com o mesmo espírito de luta e firmeza destes 50 anos de conquistas, resistência, avanços e, sobretudo, solidariedade.

Cuba está saindo de um período difícil, causado por desastres naturais, após ter sido atingida por três furações de grandes proporções em 2008, que destruíram parte de sua infraestrutura e habitações. A mídia tratou o aniversário da revolução cubana afirmando que não existe democracia na ilha, e que o novo presidente dos Estados Unidos pretende rever o embargo com uma condição: garantir a democracia na ilha. Nenhuma matéria, artigo ou reportagem fala dos indicadores sociais nem do orgulho que os cubanos têm da sua revolução.

O povo cubano não é passivo e a revolução foi construída justamente para derrubar uma ditadura corrupta, violenta e a serviço do imperialismo estadunidense, que havia transformado a ilha em um cassino e bordel, lugar destinado à orgia e ao deleite dos soldados ianques. Os cubanos têm um nível cultural bem acima da média do povo brasileiro e esta é uma constatação que não há como refutar. Em Cuba, apesar do embargo estadunidense, dos desastres naturais, e da crise, não se vê crianças e adultos de pés no chão, mendigando, dormindo debaixo de marquises, casas miseráveis. Esta

noite, enquanto escrevo este breve artigo, 200 milhões de crianças dormirão nas ruas do mundo. Nenhuma é cubana. A cada ano, 80 mil crianças morrem vítimas de doenças evitáveis. Nenhuma delas é cubana.

O processo eleitoral, onde se elege o Parlamento, conta com mais de 90% de participação no processo eleitoral em 2008, e lá o voto não é obrigatório. O Partido Comunista Cubano não é uma organização eleitoral e, portanto não se apresenta nas eleições e nem postula candidatos. Os candidatos são tirados diretamente, em assembleias públicas nas diversas formas de organiza-

mãos de pouco, nem há injusta desigualdade social, como a que existe no Brasil. O povo tem uma profunda identidade nacional, defende conscientemente suas conquistas, tudo com bom humor e dignidade, e sabem que hoje pertencem a uma nação soberana, e que antes da revolução era um quintal dos EUA.

Resistiu à tentativa de invasão norte-americana (Baía dos Porcos, 1961) e a várias outras de assassinato de Fidel Castro, além de ações terroristas orquestradas pela CIA, resiste de um bloqueio econômico e político apenas rompido por países com autono-

## Indicadores sociais

População	11,2 milhões de habitantes
População (a partir da idade escolar) alfabetizada	99,8%
Escolas em 1959	7.679
Escolas em 2009	12.717
Universidades gratuitas	67
Professores em 1959	22.800
Professores em 2009	258.000
Médicos	70.594 (1 médico para cada 160 cubanos em média)
Mortalidade infantil*	5,3 para cada 1 mil nascidos vivos
Expectativa de vida	77 anos

\*Nos EUA, a mortalidade infantil é de 7 para cada 1 mil e no Brasil é de 27 para cada 1 mil.

ções existentes: de bairro, mulheres, jovens, estudantes, camponesas, que depois vão se reunindo por região, estado e, finalmente, em nível nacional. Estes representantes nacionais elegem o presidente e o vice. Todos os representantes podem ser destituíveis, a qualquer momento, pelas suas bases, caso não estejam respondendo ao projeto de sua eleição.

Nas eleições de 2008, 48% dos eleitos são mulheres. Portanto, com participação política expressiva do povo, que não se encerra como o voto na urna, ao contrário, é permanente a participação nos comitês, nas assembleias, este processo de antidemocrático ou de ditadura. Seguramente, é bem diferente da democracia burguesa, onde após colocar o voto na urna, termina a participação política.

Dados da UNESCO apontam que em Cuba não há concentração de riquezas nas

mias como a Brasil, Venezuela, Bolívia, Equador, Argentina, China e Rússia.

Militantes importantes dos grupos dissidentes estão em liberdade, mantendo suas atividades políticas. É importante ressaltar que Cuba sofreu intensamente com o terrorismo nos últimos 40 anos, perfazendo mais de 3,5 mil mortos. Documentos oficiais dos EUA confirmam o financiamento de cubanos exilados para promover ações contra o governo cubano. O museu na Praia Giron (ou Baía dos Porcos) é um monumento de denúncia contra essas ações criminosas, iniciadas desde 1961 com o rompimento das relações diplomáticas e a instauração do bloqueio econômico.

Mas, para nós brasileiros de classe média (somos quantos? 5%? 10%) e que não conhecemos a realidade dos 90% do nosso povo, que não tem como pagar um plano de

# Solidariedade resiste!

saúde, com educação precária, com pouca alimentação, que fica com os restos do desperdício dos 10%, é difícil entender a lógica econômica de uma sociedade voltada para os 100% da população. E ficamos horrorizados por que lá falta papel higiênico.

Mas não nos deixam horrorizados que tenham bibliotecas e livrarias em todas as escolas e na menor de suas cidades. Ou que tenham acesso à saúde e educação da melhor qualidade, habitação com saneamento e aparelhos eletrodomésticos novos que economizam energia. Ou que vivam em um país sem degradação ambiental.

Cuba não está só. Existe hoje uma rede internacional de solidariedade ocasionada pelos médicos e professores cubanos em mais de 100 países. Nos anos 1960/1970 enviou seus soldados, professores e médicos para apoiar as lutas de libertação nacional nos países africanos, e foi fundamental para as vitórias das revoluções nos países de língua portuguesa na África.

Devido à permanente agressão de Washington, Cuba deve destinar gastos à defesa em uma proporção muito elevada de seu orçamento público. Se não existissem essas duas condições, quer dizer, sem bloqueio e sem ameaças permanentes de ataque do exterior, Cuba disporia de muito mais recursos para incentivar a produção de alimentos, construir casas, melhorar os salários. No entanto, tais condições não existem, lamentavelmente.

Raul Castro tem tomado medidas em Cuba, relativas à propriedade agrícola, à possibilidade de aquisição de artigos eletroeletrônicos, ao salário do funcionalismo e à circulação de residentes pelas áreas turísticas, que indicam uma reforma econômica dentro do socialismo. É o início de um processo longo e difícil, porque quer se evitar reformas que impliquem a reintrodução de relações capitalistas ou a ficção de um “socialismo de mercado”.

Por outro lado, e para isso Fidel e Raul alertaram reiteradamente nos últimos anos, há uma tendência de aquietamento no debate político e teórico, numa sociedade que após 50 anos de revolução se acostumou com que os problemas sejam resolvidos pelo Estado. A consequência é a passividade e o

imobilismo, e para uma efetiva mudança, requer-se exatamente o contrário: ativismo e mobilização.

Por fim, acredito que o partido deveria cumprir um papel educativo e mobilizador que não estou seguro de que esteja desempenhando com a intensidade necessária. Os esforços são parciais e insuficientes. E isso se agrava pela aparição de um importante hiato geracional entre os grandes líderes da revolução e a juventude, que considera a epopéia de Sierra Maestra com a distância dos acontecimentos históricos e quer a mudança já. Essa urgência desperta, em amplos setores da burocracia estatal, uma reação “imobilista” que, longe de facilitar as mudanças, as torna muito mais difíceis.

Não há nenhum modelo ou tipo de socialismo que se possa imitar ou que se encontre pronto para ser aplicado. Cada processo é uma criação histórica única e, apesar de alguns denominadores comuns—como, por exemplo, a intransigente batalha contra as relações capitalistas de produção (e não só contra o neoliberalismo) e a mercantilização de todos os aspectos da vida social, desde bens e serviços a idéias, religiões, política e o Estado—, as experiências concretas de construção socialista neste século serão muito distintas entre si.

Com a chegada de Obama ao poder há um sentimento subjetivo de esperança na superação do bloqueio, mas, objetivamente, não pode haver grandes expectativas



porque as declarações de Obama em relação a Cuba foram pouco felizes, para não falar o quão ruim foram as de Hillary Clinton em sua audiência no Senado de confirmação como secretária de Estado. Continuam exigindo “liberdades políticas para a oposição” sem reconhecerem que, em Cuba essa oposição é contrarrevolucionária e está comprovadamente financiada e organizada pela CIA e as diversas agências do governo norte-americano. Cuba resiste! A revolução não morre se a esperança e o sonho não envelhecem.

\*Historiador, professor da UERJ, coordenador do curso Marxismo (Sisejufe e CUT-RJ) e assessor de formação da CUT e do SINDPD.

Referências:  
– **Molina, Helder.** A solidariedade vence, Cuba resiste!. [helder.molina.blogspot.com](http://helder.molina.blogspot.com)

– **Borón, Atilio.** A revolução cubana veio para ficar. Correio da Cidadania. 03/02/2009.

– **Solaney Expedito.** 50 anos da revolução cubana. Portal CUT Brasil, 2009

# CUT protesta contra demissões na Vale



Texto e fotos  
Henri Figueiredo\*

Na tarde de quinta-feira, 11 de fevereiro, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) promoveu grande manifestação com o tema “A classe trabalhadora não vai pagar esta conta” em frente à sede da mineradora Vale, no Centro do Rio. Durante todo dia 11 de fevereiro, a CUT mobilizou trabalhadores em todo país em atos, passeatas e panfletagens com o objetivo de reafirmar que a defesa dos empregos e dos salários deve ser prioridade absoluta do Brasil neste momento. A central aproveitou para denunciar setores empresariais e políticos que querem se aproveitar da conjuntura para atacar os direitos dos trabalhadores e aprofundar a turbulência. A escolha da Vale como local da concentração deve-se ao fato de a companhia simbolizar o oportunismo de quem muito lucra e tem muito dinheiro, mas se aproveita do clima de temor para impor demissões e redução de salários.

Outra importante mobilização aconteceu no período da manhã, a partir das 7h30, no km 23 da via Anchieta, em São Bernardo do Campo. Neste horário, os metalúrgicos do ABC iniciam protesto diante da montadora Volkswagen. O presidente nacional da CUT Artur Henrique esteve no ato no ABC paulista pela manhã e chegou por volta das 16h ao ato em frente à Vale.

Durante a sua manifestação, Artur Henrique responsabilizou os políticos do PSDB e do DEM pelas reformas neoliberais baseadas na concepção de Estado mínimo e que levaram à onda privatista do governo FHC. “Ainda bem que sobraram empresas como a Petrobras, a Eletrobras, a Caixa e o BNDES. Já imaginaram se tivéssemos que enfrentar a crise sem esses instrumentos?”, questionou Henrique. Sobre a companhia Vale, o presidente da CUT lembrou que houve lucro de R\$ 20 bilhões em 2007 e de outros R\$ 20 bilhões em 2008 e ainda assim houve milhares de demissões. [Leia a entrevista exclusiva de Artur Henrique à Ideias em Revista na página ao lado.]

**Atos em todo o país** – O Dia Nacional da Lutas da CUT teve mobilizações por todo o Brasil. Na capital paulista houve ato político na Praça do Patriarca. No Espírito Santo, houve protesto diante da Vale em Vitória. Em Salvador, o protesto foi diante da sede da Federação das Indústrias do Estado da Bahia. As manifestações foram forte em Curitiba, na Boca Maldita, em Maceió, no Calçadão do Comércio e em frente à empresa Fricon, na cidade Paulista, em Pernambuco.

Na visão da CUT, a única forma de superação da crise é a manutenção dos empregos e do valor dos salários, sem o que não há fortalecimento do mercado interno. A central tem orientado seus sindicatos a buscar negociações e acordos que encontrem

alternativas mais ousadas e responsáveis do que a simples redução de salário ou suspensão de contratos.

Um dos acordos fechados recentemente, que simboliza a possibilidade de superação da crise com respeito aos empregos e aos salários, foi assinado no último dia 20 de janeiro com a VW de Taubaté (SP). Lá, o sindicato dos metalúrgicos, filiado à CUT, garantiu 650 contratações em carteira de trabalhadores temporários cujos contratos iriam se encerrar. Em troca, os trabalhadores toparam reduzir a jornada sem reduzir salário, sabendo que, quando a produção voltar a todo o vapor, as horas deverão ser repostas.

Na Zona Franca de Manaus, a CUT Amazonas fechou um acordo entre governo do estado e entidades empresariais que garantiu estabilidade no emprego de todos os 42 mil trabalhadores da indústria de motos e da indústria de plásticos durante o primeiro trimestre. Em troca, o governo abriu mão de parte dos impostos pelo mesmo período. Ao final de 90 dias, haverá nova rodada de negociação para saber se o acordo precisa ser revisto. Mas todos estão apostando que até lá a produção dará sinais de retomada.

O Sisejufe esteve representado no ato público em frente à Vale pelo seu diretor Roberto Ponciano (foto no alto) e por sua assessora política Marcia Bauer.

\*Da Redação, com informações da CUT Nacional.



# Ideias Entrevista

Artur Henrique

O presidente nacional da CUT Artur Henrique da Silva Santos tem 46 anos, é eletrotécnico e sociólogo, formado pela PUC Campinas, e preside a CUT no triênio 2006-2009. Durante o ato público em frente à Vale, no Centro do Rio, Artur Henrique falou com Ideias em Revista.

**Ideias** A crise é tão grave que justifique as demissões?

**Artur Henrique** – Acabei de vir do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Paulo, paramos Anchieta. Lá, os trabalhadores estão trabalhando até sábado, fazendo hora-extra para entregar carro porque tem fila para entrega de carro novo e em alguns modelos já tem fila de 30 dias para entregar o veículo. Isso demonstra que os empresários também exageraram no final do ano nas férias coletivas que foram feitas.

**Ideias** O senhor acha plausível a luta pela reestatização da Vale?

**Artur Henrique** – O que a CUT defende é a anulação do leilão. O problema da reestatização é jurídico. Para reestatizar tem que pagar e pela regra existente hoje o governo brasileiro teria que pagar os acionistas pelo preço que eles pagaram. Eu não vou querer ver dinheiro público sendo dado de novo para aqueles que compraram uma empresa valiosa por muito pouco. Nossa



proposta é a anulação do leilão porque ele foi feito de forma criminoso. A Vale foi doada por 3 milhões e hoje vale 123 milhões. Responsabilidade social da Vale não é plantar duas arvorezinhas e fazer uma creche, responsabilidade social é não demitir ninguém.

**Ideias** Nesse ato de hoje, chamado pela CUT, há a presença também de muitos militantes da Conlutas. Como o senhor vê essa adesão?

**Artur Henrique** – Eu acho que é preciso unidade da classe trabalhadora para enfrentar o desafio e enfrentar a crise. Temos diferenças de concepção com as outras Centrais Sindicais, mas não concorda-

mos mesmo é com aquela proposta da Força Sindical de fazer um acordo com a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e no acordo ficar produzindo e incentivando propostas de redução de jornada com redução de salário ou de suspensão de contrato de trabalho. Por outro lado, nós também não concordamos com aqueles que não negociam absolutamente nada e se dizem contra tudo e contra todos – porque esses é levam os trabalhadores à situação de desemprego. A CUT tem uma outra posição – que é aliar o processo de mobilização com o processo de negociação fazendo pressão mas tendo claro que é preciso manter os empregos como objetivo principal da luta dos sindicatos.

## Propostas da CUT para a superação da crise

**Redução drástica da taxa básica de juros** – com a taxa alta como está, os mesmos especuladores de sempre ganham e ainda derrubam o consumo.

**Queda do spread** – o spread é o que os bancos ganham quando pegam o dinheiro dos outros bem baratinho e emprestam bem caro. É o lucro dos bancos.

**Liberação do crédito** – os bancos estão sentados em cima do dinheiro, aplicando em papéis do governo, e quem precisa de crédito para produzir e consumir fica em apuros.

**Investimentos públicos** – é essencial que o governo federal, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) mantenha e até amplie os investimentos em obras que gerem emprego e renda.

**Contrapartidas sociais** – o governo precisa exigir que todas as empresas que receberem isenção de impostos ou empréstimo com dinheiro público se comprometam a não demitir, sob pena de punição.

**Redução de impostos** – a CUT propõe a redução da carga tributária durante os meses em que a produção estiver em baixa, mas só se for com garantia, por escrito, de que as empresas vão manter o nível de emprego e o valor dos salários registrados na data em que as reduções tributárias temporárias entrarem em vigor.

**Câmaras setoriais** – precisamos criar um calendário de encontros entre os representantes dos trabalhadores e dos empresários, mais os governos federal e estaduais, para debater e elaborar medidas políticas e econômicas que contribuam para o desenvolvimento econômico com distribuição de renda. Essa iniciativa democrática vai impedir que só “especialistas” e burocratas de gabinete tomem grandes decisões.

**Redução da jornada sem redução de salários** – se a jornada de trabalho semanal cair das atuais 44 horas para 40 horas, vai haver mais espaço para manter ou até gerar novos empregos. Já existe um projeto de lei para essa mudança no Congresso Nacional. Vamos cobrar que deputados e senadores aprovelem esse projeto. No caso da categoria dos servidores do

Judiciário Federal a luta é por uma jornada de trabalho de 30 horas semanais.

**Combate às terceirizações** – os patrões abusam das terceirizações, para pagar salários mais baixos e não honrar com os direitos trabalhistas. Isso precisa mudar.

**Fim da rotatividade** – os empresários brasileiros têm por hábito demitir trabalhadores para contratar outros que vão ganhar menos. É uma forma de aumentar os lucros. Para acabar com essa farra, a CUT quer a Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) passe a vigorar no Brasil. Esta Convenção, que limita as demissões sem justa causa, depende agora da aprovação de deputados e senadores. Vamos cobrá-los.

**Todo o apoio à agricultura familiar** – crédito, assistência técnica e meios de comercialização.

**Reforma agrária** – Justiça social e mais empregos no campo.

**Políticas públicas** – ampliação e fortalecimento de programas sociais como saúde e educação para todos os brasileiros.

# Lupi insiste na cobrança do imposto sindical

Max Leone\*

Na contramão da vontade dos servidores públicos e da maioria do movimento sindical, o ministro do Trabalho Carlos Lupi insiste em empurrar goela abaixo da categoria a cobrança do imposto sindical. Apesar dos protestos, principalmente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Sisejufe, o ministro declarou no dia 30 de janeiro, no Rio de Janeiro, que ele não tem como rever a posição, pois, acredita estar cumprindo a lei. No ano passado, o ministério baixou uma Instrução Normativa (IN) que

curiosos que foram impetrados contra essa medida foram derrubados. Eu sou um legalista”, defende-se o ministro.

Na avaliação de Lúcia Reis, integrante da Executiva Nacional da CUT, a posição do ministro Carlos Lupi é equivocada. A dirigente lembra que o processo de implementação do imposto ocorreu durante o andamento das discussões com as centrais sindicais sobre a criação de um contribuição negocial. A CUT defende que cobrança só poderia ser feita após aprovação em assembleias de trabalhadores, pondo fim ao desconto compulsório do imposto sindical.

nal Federal sobre o assunto. Vários sindicatos filiados à CUT, de setores da iniciativa privada, já devolvem o imposto. Somos a favor de discutir uma Reforma Sindical”, diz ela.

De acordo com a dirigente da CUT Nacional, a postura do governo propicia situações de oportunismo de outras centrais sindicais menos representativas. Segundo Lúcia Reis, a direção dessas entidades estariam disputando o controle de sindicatos informando aos servidores, que caso assumam a direção, os trabalhadores não precisarão mais pagar pela sindicalização, tendo em vista que haveria os recursos do imposto sindical para bancar as despesas dos sindicatos.

Foto: Dino Santos



Lúcia Reis: pela Reforma Sindical

instituiu a cobrança do imposto para os servidores. Diante do quadro, a direção do Sisejufe decidiu devolver aos seus sindicalizados os recursos repassados do imposto sindical. Vale lembrar que os sindicatos não recebem a totalidade do desconto. Ao sindicato é enviado em torno de 60% do valor que sai do contracheque do trabalhador. O restante é destinado às federações, confederações, ao próprio Ministério do Trabalho e, agora, às centrais sindicais.

“Não poderiam existir duas categorias de servidores públicos: uma contribuindo, os celetistas, e outra não, os não-celetistas. A minha decisão foi embasada na lei, com o aval do TRT, TST e MPT. Até o procurador-geral da República se manifestou favorável ao recolhimento. Tanto é que todos os re-

**A direção do Sisejufe decidiu devolver aos seus sindicalizados os dinheiro repassado após o desconto compulsório**

“Estávamos no meio das discussões e ele (o ministro Lupi) veio com a história do imposto sindical. E sobre ele ser legalista, existem projetos de lei tramitando no Congresso Nacional para acabar com o imposto sindical. É só esperar virar lei e cumprir”, afirma Lúcia.

## Contra o imposto

A diretora reforça que a CUT é contra o desconto compulsório. Segundo ela, o Ministério do Trabalho repassou recursos referentes ao imposto do ano passado à CUT e esse dinheiro não foi usado. Lúcia afirma que o dinheiro está depositado à espera do desfecho da situação.

“Vamos esperar uma definição, ver qual vai ser o posicionamento do Supremo Tribu-

Foto: Antonio Cruz/ABR



Carlos Lupi: “sou um legalista”

Sobre a comissão criada para avaliar e discutir propostas com o ministério, Lúcia Reis informou que ainda não está definida como ela será composta. A intenção é que tenha representantes de todas as centrais sindicais. A decisão de implantar a comissão foi aprovada no seminário realizado pela CUT e a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), no dia 17 de dezembro. A CUT defende, no entanto, que essa representação seja proporcional ao número de servidores e de sindicatos filiados às entidades. “Assim que resolvermos essa situação será marcada a primeira reunião da comissão”, afirma.

\*Da Redação.

# Por um novo modelo de desenvolvimento

Texto e fotos  
Henri Figueredo\*

A corrente política CUT Socialista e Democrática (CSD) promoveu na noite de sexta-feira, 6 de fevereiro, na sede do Sindicato dos Bancários, o primeiro debate de uma série que vai acontecer durante 2009. O encontro, cujo tema foi “Os Trabalhadores e o Novo Cenário Econômico – A CUT frente à crise”, reuniu a economista Maria da Conceição Tavares e o ex-dirigente da CUT e ex-ministro do Desenvolvimento Agrário Miguel Rossetto. O evento atraiu cerca de 100 pessoas entre sindicalistas, parlamentares e ativistas dos movimentos sociais. Ideias em Revista reproduz aqui trechos das intervenções dos dois painelistas.

\*Da Redação



## A turma neoliberal gosta muito do aparelho do Estado



Miguel Rossetto\*

Nós temos que exigir presença, participação ativa, vez e voz dos trabalhadores na formulação de políticas ativas que preservem os nossos direitos. Lutar por vez e voz junto ao governo federal, disputarmos a vida pública, nas cidades, nos estados, é uma agenda importante para o movimento sindical. A CUT tem autoridade de chamar setores políticos, partidários, de esquerda, com quem tenha compromisso popular para um trabalho conjunto de fortalecer uma unidade estratégica. Eu acho que essa é qualidade política para além de uma agenda sindical que temos que disputar: liderar os partidos de esquerda, os movimentos sociais e a

mobilização popular para criar uma dinâmica que avance nas conquistas e evite uma agenda regressiva. Do ponto de vista do emprego, do trabalho e das políticas públicas. O neoliberalismo perde espaço político na agenda brasileira. Essa turma se refaz e gosta muito de orbitar e conviver com o aparelho do Estado brasileiro. Nós tiramos parte dessa turma do aparelho do Estado por um período muito curto, mas a vontade deles de voltar a ocupar esses espaços é brutal. Povo e liderança política que têm capacidade de reconhecer suas conquistas (como o crescimento do salário mínimo) têm capacidade de continuar conquistando.

\*Ex-ministro do Desenvolvimento Agrário.

## Não estamos mortos agora e esta é a hora de lutar



Maria da Conceição Tavares\*

Precisamos olhar para a importância da integração regional. A integração comercial já vinha sendo feita em todo o mundo pelas multinacionais desde o começo da década de 70. Não há nenhuma semelhança entre os problemas brasileiros com os problemas argentinos, paraguaios, equatorianos, bolivianos ou venezuelanos. No entanto, a unidade política é isso: construir soluções à despeito das diferenças. Não se pode ser economicista na questão de integração regional. Então cada país nessa crise não pode ter uma solução isolada, própria. Nós estamos discutindo os direitos, uma solução cultural, uma solução política.

Na Europa houve a integração do capital, não dos povos. Temos que inventar o nosso modelo. O desenvolvimentismo agride violentamente o ambiente – basta ver a China. Eu não estou convencida de que nada substitua o desenvolvimentismo. Não há nada que nos garanta que a longo prazo não estejamos todos mortos. Sei que não estamos mortos agora e é agora que dá para lutar. Esse modelo de desenvolvimento, anglo-saxônico, está caquético nos seus países de origem. Mas ganhou as mentes. Foi adotado pelos chineses, droga! Alguém imaginava que o povo chinês, com uma cultura milenar, iria adotar o modelo materialista e consumista americano?

\*Economista.

**Era preciso estar em Belém do Pará para ter uma leve ideia do que acontecia no FSM de 2009. Afinal, a grande mídia praticamente ignorou o evento de mais de 150 mil pessoas, 2,5 mil atividades, dezenas de marchas e a presença de cinco presidentes**



## O que o mundo viu do outro mundo possível

Texto e fotos  
Vinicius Souza\*  
Maria Eugênia Sá\*

Enquanto os representantes das economias mais importantes do planeta batiam cabeça a portas fechadas no Fórum Econômico Mundial de Davos, admitindo pela primeira vez que não viram a tal crise chegar, que não sabem sua real dimensão e não têm ideia de como enfrentá-la, cinco presidentes sulamericanos encaravam de peito aberto um enorme público composto principalmente por indígenas armados de bordunas e tacapes, jornalistas munidos de câmeras e microfones, e ativistas políticos e sociais encarnando suas dúvidas, críticas e esperanças. Diferente do baixo astral dos financistas eleitos pelo “Deus Mercado” na gelada estação de inverno na Suíça, os líderes tropicais escolhidos livremente por seus povos têm uma saída: mais Estado, mais integração, mais produção, mais distribuição de renda e mais justiça social. Em uma expressão, Socialismo do Século XXI. Mas não foi isso o que apareceu na Grande Mídia.

Como em outras edições do FSM, os jornais e revistas de grande circulação, assim como as TVs privadas, priorizaram uma cobertura em cima da desorganização do evento, dos “órfãos do comunismo” que ainda não entenderam os benefícios do “livre comércio”, da falta de resoluções finais sobre os rumos que o mundo deve tomar; e, é cla-

ro, de aspectos “exóticos” do encontro além de uma certa crítica moralista sobre o suposto sexo livre e alto consumo de drogas no Acampamento da Juventude. Nada se comentou sobre a proposta do presidente da Bolívia Evo Morales de usar a folha da coca como símbolo da luta pela diversidade cultural. Nem acerca do pedido de Rafael Correa, do Equador, para o resgate dos projetos nacionais na América Latina. Ou do chamado de Fernando Lugo, do Paraguai, para a união continental que irá cumprir a profecia guarani da “Terra Boa”. E muito menos sobre a declaração de Hugo Chávez

da Venezuela sobre os motivos dos cinco terem sido eleitos: “porque os povos acordaram a tempo e daqui pra frente seguirão parindo os seus líderes”.

Um exemplo muito claro disso foi a falta de repercussão do anúncio feito pelo presidente Lula do investimento na construção de um milhão de casas populares em 2009 e 2010 como forma de manter o mercado imobiliário aquecido, combater o desemprego e melhorar a vida da população mais pobre. Essa parte de sua fala diante de 10 mil testemunhas, de toda a imprensa brasileira e internacional, e de quatro outros presidentes em uma reunião promovida pela CUT para discutir as posições da América Latina frente à crise, não recebeu uma única manchete. O Estadão e O Globo deram cada um apenas uma linha perdida no meio dos textos. A Folha de S.Paulo não chegou sequer a citar o anúncio e preferiu destacar na manchete que o MST havia excluído o presidente brasileiro do encontro que promoveu à tarde com os outros mandatários. A notícia só foi publicada no maior jornal do Brasil, incrivelmente, três dias depois. E o local foi a coluna da Eliane Cantanhêde, escrita desde Paris, em que a autora chama Lula de esquizofrênico (por ter múltipla personalidade) e que “apesar dos cortes no Orçamento, promete mais um milhão de habitações e ampliação do Bolsa Família para os jovens. Ou seja: um olho na crise, outro na sua popularidade hoje e na campanha de Dilma Rousseff amanhã”.



Mais à frente no texto, a colunista questiona como Lula e o Brasil podem ter uma imagem tão boa junto aos jornalistas estrangeiros? E ela mesma responde: “a imprensa, como tinha de ser, registrou todo o seu falatório e toda a sua desenvoltura no Fórum de Belém. Isso mostra como as notícias sobre Lula e seu governo têm imenso espaço e repercussão, soterrando as críticas. Tudo o que ele diz, faz, promete e anuncia tem destaque”. Não na Falha, digo, Folha, Eliane... A notícia das casas populares só ganharia as manchetes da Grande Mídia (ou PIG – Partido da Imprensa Golpista, como apelidou o jornalista Paulo Henrique Amorim) dias mais tarde, quando o presidente refez o anúncio na inauguração de uma obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Rio de Janeiro.

### Desorganizado sim, mas autogestionado e com mídia livre

Se mesmo uma notícia tão importante e com tal audiência, dada diretamente pelo presidente do país, não teve qualquer repercussão na mídia hegemônica, o que se dirá dos outros assuntos discutidos no Fórum? Para começar, realmente a desorganização foi maior do que nas edições anteriores mas, de fato, com mais de 5 mil entidades, grupos e ONGs “autogestionando” suas atividades, é impossível ter um bom padrão de organização. Além disso, o sítio de internet estava sobrecarregado de acessos e desatualizado. Sem falar que o guia do evento, mesmo confuso e com erros, era distribuído apenas aos participantes que pagaram a taxa de inscrição de R\$ 30,00 e não aos expositores, convidados e jornalistas! Ainda assim, com tendas temáticas e uma boa dose de paciência e suor, era possível localizar debates e palestras interessantes e de altíssimo nível. O FSM segue sendo o único encontro no mundo onde se discute alternativas a todos os aspectos da vida na terra. Desde a ecologia até a economia. Do vegetarianismo às tradições gaúchas. Da liberação do uso da maconha ao trabalho escravo. Dos direitos dos imigrantes à diversidade sexual. Das guerras ao esoterismo.

E como não podia deixar de ser, a mídia



também foi assunto, alvo e campo de debate. Antes mesmo do FSM, mas também em Belém, jornalistas e produtores independentes se reuniram no I Fórum Mundial de Mídia Livre, onde discutiram o fomento à produção e difusão de informações de real interesse popular, minando o virtual monopólio da mídia hegemônica. O ponto alto, desculpem o trocadilho, foi o anúncio do lançamento, dia 27 de janeiro no FSM, do edital dos Pontos de Mídia Livre (veja em <http://www.cultura.gov.br/site/2009/01/27/edital-premio-pontos-de-midia-livre/>). Patrocinado pelo Ministério da Cultura, o edital premiará 60 iniciativas em mídia livre de indivíduos, grupos ou entidades, sendo dez com prêmios de R\$ 120 mil e 50, com R\$ 40 mil. Isso significa uma chance real de pequenos sindicatos, associações e produtores independentes terem um capital inicial para lançarem novas publicações segmentadas, sites informativos, blogs, etc. Se o edital for um sucesso ele deve se repetir, assim como acontece com os Pontos de Cultura.

Outro debate interessante foi realizado na mesa “A Comunicação dos Trabalhadores na Disputa Ideológica”, promovido pela CUT e transmitido pela TV Educativa do Paraná. Nela o sociólogo e escritor Emir Sader expôs um amplo painel de como os oligopólios privados de comunicação definem para as populações mundiais o que é importante e o que não é. “Se algo não passa na TV, simples-

mente não existe”, define. “É exatamente por controlar a produção imagética, via Hollywood, que os EUA, apesar de estarem de fato em decadência, ainda dominam a ideologia, detém a hegemonia mundial e não há um modelo alternativo”. Para ele, a grande disputa ideológica se dá hoje no Brasil entre a TV pública e a TV mercantil.

Na mesma linha, Beto Almeida, representante no Brasil da Telesul, afirmou que não dá pra mudar a comunicação sem um fortalecimento das TVs públicas, sejam educativas, culturais ou mesmo legislativas. “É o único meio de fugir da ditadura da publicidade, do consumismo e da mediocracia dessas máquinas de brutalização e desumanização que são as TVs privadas”, diz. “Finalmente, a mídia não mostra fatos importantes como a Bolívia livre do analfabetismo, as seis milhões de cirurgias de catarata realizadas na Venezuela com a ajuda de médicos cubanos ou a assinatura por Lula de um decreto tornando obrigatório o ensino do espanhol nas escolas para ajudar na integração continental”. Contudo, como disse Sader, não basta produzir bons programas jornalísticos e documentários, é preciso disputar as mentes e corações dos povos também no entretenimento, nas novelas, na música e na dança de qualidade.

Talvez a partir da I Conferência Nacional de Comunicação, finalmente anunciada por Lula durante o FSM e depois com data oficialmente marcada para os dias 1, 2 e 3 de dezembro desse ano, seja possível se não começar a quebrar, pelo menos se discutir o controle oligopolizado dos meios de comunicação. Esse sem dúvida será um ponto-chave na disputa política de 2010, como foi em 2006, mas certamente você não verá uma discussão informativa, isenta e de alto nível na Globo, no Estadão, na Folha.



Foto: Eduardo Seidl/Agência Carta Maior

\*Jornalistas.

# Movimento Sindical teve e

**Debates em evento da CUT foram pautados pelo desenvolvimento com distribuição de renda, soberania e paz como contribuição da classe trabalhadora para a uma nova sociedade.**

FSM 2009



Texto e fotos  
Leonardo Wexell Severo\*

Mais do que proteger do sol escaldante e da chuva abundante da Amazônia, o Espaço do Mundo do Trabalho, sob o toldo gigantesco que sediou o VIII Fórum Sindical Mundial, amplificou, na riqueza da experiência e da diversidade, a voz dos representantes dos trabalhadores, autoridades e intelectuais, o canto coletivo e a convocação de uma nova era.

“O agravamento e alastramento da crise que sopra desde os países capitalistas centrais reforça o papel deste Fórum Social Mundial de encontrar saídas comuns para os nossos países e povos, que não aceitam – e não vão – pagar a conta dos que converteram o planeta num grande cassino. No momento em que desaba o castelo de cartas da especulação global, precisamos de respostas conjuntas, urgentes e contundentes, contra a crise provocada pelo enfraquecimento do Estado, privatização/desnacionalização do patrimônio público e desregulamentação dos mercados. Não podemos desperdiçar esta oportunidade”.

A conclamação acima faz parte do Jornal Especial da Central Única dos Trabalhadores (CUT) para o Fórum Social Mundial de Belém, realizado de 27 de janeiro a 1º de fevereiro. Com o lema “Um Fórum para mudar a história – Desenvolvimento com distribuição de renda, soberania e paz” a atuação do Movimento Sindical teve o seu ponto alto no Espaço do Mundo do Trabalho. Erigido conjuntamente com a Confederação

Sindical Internacional (CSI), a Confederação Sindical dos Trabalhadores das Américas (CSA) e suas centrais filiadas, o espaço estruturado dentro da Universidade Federal do Pará (UFPA) abrigou o Fórum Sindical Mundial e acolheu, sob toldo gigantesco – com salas, divisórias, três salões e auditório central com capacidade para mais de 500 pessoas –, a riqueza e o calor da contribuição dos representantes dos trabalhadores.

## Agenda unificada

Nas diversas e plurais intervenções, nas mais variadas línguas, propostas para se contrapor aos impactos negativos da crise sobre as economias nacionais e defender salários, empregos e direitos, chamados à unidade da classe trabalhadora com os demais movimentos sociais e governos progressistas, “numa ampla frente para construir perspectivas e saídas rumo a um novo tempo”.

“Saímos do Fórum de Belém com uma agenda unificada para enfrentar os efeitos da crise da globalização neoliberal”, declarou o professor João Felício, secretário de Relações Internacionais da CUT e dirigente da CSA. Na sua avaliação, a articulação dos movimentos sindical e social, aliado à participação dos cinco presidentes (Lula, Chávez, Evo, Correa e Lugo) proporcionou um salto de qualidade ao evento. Esta compreensão da necessidade de maior integração das forças populares teve papel chave na aprovação da jornada mundial de luta, que se realizará entre 28 de março e 4 de abril, “em defesa de uma Nova Ordem Econômica Internacional, com controle do sistema finan-

ceiro e profundas mudanças do modelo econômico, contra a guerra e pela paz”. Tais bandeiras, embora ainda muito limitadas para alguns, representam a síntese de um rico e fecundo processo de acúmulo – de consciência e de força – fruto de longos debates e extensas reflexões. Amadurecimento que, no jargão militante, representa “um passo da fase de protesto à de proposta”.

Entre outros temas que atraíram atenção e atuação de milhares de trabalhadores rurais e urbanos, jovens e idosos, homens e mulheres, do Brasil e de todos os continentes, elencamos: “A Juventude na Organização Sindical; Energia, soberania e trabalho decente – perspectivas para o desenvolvimento sustentável; Gênero, trabalho e movimento sindical; A comunicação dos trabalhadores na disputa ideológica; Novas formas de exploração do trabalho e os desafios da organização sindical”.

Para participar do evento, muitos enfrentaram uma verdadeira epopeia, como a delegação de Boa Vista, que encarou um dia de ônibus até Manaus e mais cinco dias e noites de barco até Belém. “Na bagagem, todos trouxeram muita disposição e compromisso de lutar por uma maior integração com os povos originários, com uma Amazônia desenvolvida, em defesa de políticas públicas que preservem sua identidade, sua cultura e que respeitem a riqueza da diversidade de seus povos”, declarou Rogério Pantoja, representante cutista no Grupo Facilitador do Fórum, realçando as especificidades regionais. Conforme Pantoja, “o saldo é extremamen-

# Encontro específico em Belém

te positivo, pois a partir deste Fórum a organização, a mobilização e a articulação dos movimentos sociais da Amazônia nunca mais será a mesma”.

## Intelectuais e governo pela recuperação do Estado

Contribuindo com análises e formulações para o aprimoramento individual e coletivo na “batalha das idéias” e na “construção de uma nova hegemonia”, tiveram destaque nas atividades cutistas intelectuais, personalidades e autoridades como o escritor e sociólogo Boaventura de Souza Santos, da Universidade de Coimbra; o professor Emir Sader, secretário executivo do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais; o economista Márcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA); o ministro Luiz Dulci, da Secretaria Geral da Presidência da República; o professor Ildo Sauer, doutor em energia nuclear; o jornalista Beto Almeida, responsável pela Televisão do Sul (TeleSul) no Brasil, e o professor Ismar Soares, especialista em Educomunicação.

Como representante do governo brasileiro na plenária internacional do Movimento Sindical, Dulci assegurou o compromisso do presidente Lula com a recuperação do papel do Estado: “para enfrentar e superar a crise, mais investimento público e ampliação dos programas sociais”. Dulci sublinhou a importância dos movimentos sociais para que a luta alcance um novo patamar: “não basta remover os escombros do neoliberalismo, é preciso criar uma nova ordem internacional”.

Como ressaltou Emir Sader, em sua mesa sobre a democratização dos meios de comunicação, o momento que estamos viven-



do é de superação: “uma passagem da fase de resistência à de construção de alternativas, que tem a América Latina como seu principal cenário e seus governos como os principais protagonistas”. Para o professor, esta é uma questão chave para romper com as limitações dos Fóruns, que inicialmente consolidaram uma visão que reduzia a exclusividade da luta “a uma suposta sociedade civil”. Emir enfatizou o papel da democratização da comunicação na luta pela libertação das consciências, “pois cinco famílias em nosso país detêm os cinco maiores canais de comunicação, numa dinastia familiar midiática que passa de pai para filho”. Quebrar a espinha dorsal desta ditadura dos meios que impõe a comunicação das classes dominantes e seu sistema, frisou, é imprescindível para o avanço da democracia. Afinal, é por meio da mídia que a classe dominante impõe a sua “ideologia da globali-

zação”, com a exacerbação da cultura de consumo, de mercado e de competição, que alimenta uma concepção de concorrência contra a solidariedade, de salve-se quem puder, “onde se fecham os espaços públicos e tudo se privatiza”.

Segundo o presidente da CUT, Artur Henrique, “dirigentes e militantes saíram do Fórum com mais compreensão da crise provocada pelas receitas do FMI e do Banco Mundial, de privatização e desregulamentação da economia, reforçando seu compromisso com a defesa do fortalecimento do mercado interno, da soberania, do investimento em políticas públicas e geração de emprego e renda”. “Além de mais preparados para resistir, saímos convictos de que é preciso ampliar a unidade e avançar”, acrescentou.

Ao final de jornada tão incandescente na capital paraense, podemos afirmar que, mais do que proteger do sol escaldante e da chuva abundante da Amazônia, o Espaço do Mundo do Trabalho amplificou, na riqueza da experiência e da diversidade, a voz dos representantes dos trabalhadores, autoridades e intelectuais, entoando o canto coletivo e a convicção de uma nova era. Afinal, mais do que possível, outro mundo é necessário... imprescindível.



\*Jornalista/CUT Nacional.

# De Porto Alegre à Belém: para onde vai o Fórum Social Mundial?



**Com debates estruturados em torno de quatro eixos essenciais: unidade latino-americana, guerra na Palestina, Amazônia e, fundamentalmente, a crise econômica global, o Fórum Social Mundial aconteceu em Belém do Pará, de 27 de janeiro a 1º de fevereiro deste ano. A nona edição do encontro encerrou com sensações para os cinco sentidos e a certeza de que Davos está cada vez mais para trás. A crise que abalou a economia do mundo no último ano e as soluções apontadas até por conhecidos neoliberais são confirmações de que o FSM tinha razão. O encontro, que conseguiu reunir cinco presidentes da América do Sul, agora se despede do Brasil, pelo menos nos próximos dois anos. O próximo Fórum será 2011, em algum lugar do continente africano.**

Texto  
Clarissa Pont\*  
Fotos  
Eduardo Seidl\*

Belém é uma cidade que invade os sentidos. Nos olhos, as múltiplas bandeiras, a Terra Firme, favela infundável no caminho até onde estava estabelecido o Território do Fórum. Além disso, poder ver a quantidade de água por todos os lados e a possibilidade de ir e vir de barco pelo Rio Guamá entre as universidades que abrigaram atividades e o Acampamento Intercontinental da Juventude. Mas foi o paladar, sem dúvida, o sentido mais aguçado em todos os cerca de 150 mil participantes. A culinária de Belém é a mais diversa do Brasil. Peixes de rio e mar, todos os temperos, ervas e frutas da Floresta Amazônica e uma produção de carne desenfreada e preocupante que acrescenta no cardápio e no desmatamento da região. Nos ouvidos, grilos, sapos e outros bichos, e o grito da marcha de abertura. “Segura, segura, imperialista, a América Latina vai ser toda socialista”. Que sonhar não custa nada e as definições do mundo de hoje também foram costuradas por esse sonho do Fórum

Social Mundial. Também carimbó, guitarrada, tecno-brega, música que sempre parece ter algumas rotações de avanço. Na pele, a chuva com hora marcada e o suor que ela carrega. O cheiro é de mata, bicho e gente. No final do dia, é de tacacá em mil barraquinhas que se abrem pela cidade toda para vender a sopa típica de camarão e jambú.

Em Belém, ficou evidente que o mundo mudou desde a primeira edição do FSM e o slogan “outro mundo possível” agora aponta novas agendas: ou define uma estratégia de luta política que leve em conta o que pode ocorrer no mundo pós-crise, ou corre o risco de ser soterrado pelos escombros da atualidade. Para o pesquisador do Centre National des Recherches Scientifiques (CNRS) Michael Löwy, “o mundo está em crise”. Lucien Goldman disse que uma das características do capitalismo é a sua indiferença axiológica, sua indiferença ética e moral. Ele é perfeitamente compatível com a democracia, com a guerra, com a barbárie, com o fascismo. Essa é a indiferença ética do capitalismo. Temos três crises. A econômica, a alimentar e a ecológica. As consequências da crise ecológica devem ser dramáticas.





Infelizmente não temos outro planeta para mudar no universo. Para enfrentar essas três crises nós temos que pensar em alternativas que sejam radicais, ou seja, que arranquem o mal pela raiz”.

“Não vamos esperar que essa crise acabe com o capitalismo. Walter Benjamim, que é um pensador que eu respeito muito, dizia que o capitalismo nunca vai morrer de morte natural. Por mais que ele tenha crises, sempre dá a volta por cima. A não ser que a gente dê cabo dele. A solução não é uma versão mais verde, mais civilizada, mais ética e regulada do modo de produção capitalista. Nós temos que pensar em uma alternativa revolucionária”, completou Löwy em mesa promovida pela Revista Margem Esquerda, da Editora Boitempo, que reuniu ainda o sociólogo Emir Sader e o jornalista Luis Hernández Navarro, do periódico mexicano La Jornada. Para Löwy, a Amazônia foi o local perfeito para a realização deste FSM, já que os debates em torno da questão ambiental foram um dos eixos principais do encontro. Escolhido com antecedência de quase dois anos, o tema da Amazônia e de seu papel no equilíbrio ambiental do planeta deveria inicialmente ser o central de todo o evento, mas ficou circunscrito ao primeiro dia de atividades (na quarta, 28 de janeiro, aconteceu o Dia Pan-Amazônico) e diluído em outros dez eixos escolhidos pelo Conselho Internacional para os demais dias. A crise e a guerra na Faixa de Gaza acabaram recebendo tanta ou mais atenção nos dias de debates em Belém.

Outra comprovação deste FSM foi a de que experiências importantes na América Latina, em particular, mostram que outro mundo continua sendo possível, principalmente pela experiência dos movimentos sociais e governos progressistas no continente. “Começou um período novo, é fundamental entender o momento em que os movimentos sociais elegeram seus próprios governos, como aconteceu na Bolívia. Agora se estabelece uma relação nova com a política e passa-se a disputar a hegemonia de outra forma. Digo isso não para tornar o Fórum governamental ou estatal, nada disso. Mas o Evo Morales não devia ter vindo fazer apenas discursos. Devia ter trazido as experiências dele aqui”, disse Emir Sader.

A tensão sobre os rumos do fórum vem desde Porto Alegre. Nos primeiros anos, houve quem negasse a luta política, quem fizesse cara feia diante da participação dos partidos e dos chamados movimentos sociais tradicionais (sindicatos, entidades estudantis e outros) e quem rejeitasse a ideia da força das ONGs na construção do processo



do Fórum. Segundo Emir Sader, “as ONGs não podem ser o paradigma político de um outro mundo possível. Nós teremos que construir isso. Elas têm lugar aqui, no entanto, o protagonismo tem que ser dos movimentos sociais”. Luiz Hernandez Navarro, acredita que “isso gera uma contradição cada vez mais insustentável, que são as duas contradições principais do Fórum nos dias de hoje: entre a dinâmica e a lógica de funcionamento das ONGs e, por outro lado, o tipo de relação que é necessário estabelecer com a política institucional e com as mobilizações sociais e os governos progressistas”.



O jornalista mexicano ainda remontou uma parte da história do movimento altermundista: “O historiador inglês Eric Hobsbawm fala que o século XX começou com a Revolução Russa de 1917 e terminou com a queda do Muro de Berlim em 1989. Há quem afirme que o século XXI começou com o 1º de janeiro de 1994, a partir do levante do Exército Zapatista de Libertação Nacional, ou no final de 1999 com os protestos contra a OMC em Seattle, que apresentam o que depois viria a ser o movimento altermundista. É quando se começa a plantar a semente de um novo sujeito político social alternativo que o escritor Manuel Vasques Montalbán, já falecido, chamou de os globalizados. O novo século, então, começa com a revolta dos globalizados que seriam, na lógica dele, o equivalente ao proletariado nos primeiros anos do capitalismo. Que isso nos valha como uma descrição do que hoje estamos vivendo: a emergência deste novo ator que possui distintas características em todo o mundo, um ator constituído no marco da globalização capitalista”.

FSM reuniu cinco presidentes em Belém. O ato do dia 29 de janeiro marcou história nos encontros de movimentos sociais. Evo Morales, Fernando Lugo, Rafael Correa, Hugo Chavez e Lula, presidentes latinoamericanos que constroem, de distintas maneiras, modelos alternativos ao neoliberalismo, estiveram juntos em evento que reuniu mais de 12 mil pessoas. Presença inevitável, que marca como a América Latina se transformou, de paraíso do neoliberalismo ao elo mais fraco, onde se começou a construir,

Continua



efetivamente, o “outro mundo possível”. Promovido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), Ibase e Instituto Paulo Freire, a atividade se transformou no principal acontecimento do Fórum e criou um ambiente de diálogo inédito entre governantes e movimentos sociais. Antes de tomar o microfone para discutir o tema proposto – América Latina e o desafio da crise internacional – os cinco presidentes ouviram pleitos da sociedade civil, trazidos por três mulheres: a sindicalista de Burkina Faso, Mamurata Cize; a indígena equatoriana Blanca Chancoso; e a feminista paraense Maria das Graças Costa.” Em 2001, dizia-se que o FSM era um processo, não um evento. Chegamos a 2009 e o processo está ficando perigosamente com cara de evento. Houve quem criticasse a presença de cinco presidentes latinoamericanos, mas eles foram a coisa mais parecida com um “outro mundo possível” que se viu em Belém”, resumiu Marco Aurélio Weisheimer em artigo publicado na Agência Carta Maior.

Uma pergunta fica depois de Belém: por onde anda o outro mundo possível quando diversas possibilidades não são mais utopia? Em Belém, em Porto Alegre? Em Seattle, nas primeiras manifestações contra a Organização Mundial do Comércio? Em Washington, Sidney ou Gênova, onde elas prosseguiram? No Equador, nas manifestações contra o Tratado de Livre Comércio Andino? Nos governos progressistas da América Latina? Na luta contra Davos, Guantánamo e o massacre na Faixa de Gaza?

As respostas sobre o futuro do Fórum devem se estruturar do outro lado do oceano, em 2011. Segundo Taufik Ben Abdala, da África do Sul, “as perspectivas para o próximo Fórum Social Mundial na África são boas. Primeiro, nós estabelecemos o processo para escolher democraticamente o país. Depois, discutimos as prioridades para os próximos dois anos, levando em conta o que está acontecendo no mundo que é a crise econômica, a eleição do Obama, os desastres na Palestina e a questão da nova geopolítica emergente no mundo. O mundo está redesenhado e o Fórum Social Mundial deve levar isso em conta e provavelmente redefinir sua visão, suas estratégias e suas alianças”.

\*Clarissa Pont e Eduardo Seidl são jornalistas. [Agência Carta Maior]

# Declaração da Assembleia das Mulheres no FSM

Foto: Eduardo Seidl

## Atividades do 8 de Março

**6 de março** – Atividade do Poder Público durante todo o dia. Largo da Carioca, a partir das 9h.

**6 de março** – Ato Unificado dos movimentos sociais. Concentração às 18h, na Candelária.

**7 de março** – Ato no calçadão de Campo Grande a partir das 9h30min.

**6 a 8 de março** – 1ª Feira Feminista da Economia Solidária de Teresópolis.

**8 de março** – Ato da Marcha Mundial de Mulheres no Aterro do Flamengo. Concentração na passarela do Belmonte.



No ano em que o FSM encontra-se com a população da Pan-Amazônia, nós mulheres de diferentes partes do mundo, reunidas em Belém, afirmamos a contribuição das mulheres indígenas e das mulheres de todos os povos da floresta como sujeito político que vem enriquecer o feminismo a partir da diversidade cultural de nossas sociedades e conosco fortalecer a luta feminista contra o sistema patriarcal capitalista globalizado.

O mundo hoje assiste a crises que expõem a inviabilidade deste sistema. As crises financeiras, alimentar, climática e energética não são fenômenos isolados, mas representam uma mesma crise do modelo, movido pela superexploração do trabalho e da natureza e pela especulação e financeirização da economia.

Frente a estas crises não nos interessam as respostas paliativas e baseadas ainda na lógica do mercado. Isto somente pode levar a uma sobrevida do mesmo sistema. Precisamos avançar na construção de alternativas. Para a crise climática e energética, negamos a solução por meio dos agrocombustíveis e do mercado de créditos de carbono. Nós, mulheres feministas, propomos a mudança no modelo de produção e consumo. Para a crise alimentar, afirmamos que os transgênicos não representam uma solução. Nossa proposta é a soberania alimentar e a produção agroecológica. Frente à crise financeira e econômica, somos contra os milhões retirados dos fundos públicos para salvar bancos e empresas. Nós mulheres feministas reivindicamos proteção ao trabalho e direito à renda digna.

Não podemos aceitar que as tentativas de manutenção desse sistema sejam feitas à custa de nós mulheres. As demissões em massa, o corte de gastos públicos nas áreas sociais e a reafirmação desse modelo produtivo afeta diretamente nos-

sas vidas à medida que aumenta o trabalho de reprodução e de sustentabilidade da vida.

Para impor seu domínio no mundo, o sistema recorre à militarização e ao armamentismo; inventa confrontações genocidas que fazem das mulheres botim de guerra e sujeitam seus corpos à violência sexual como arma de guerra contra as mulheres no conflito armado. Expulsa populações e as obriga a viver como refugiadas políticas; deixa na impunidade a violência contra as mulheres, o feminicídio e outros crimes contra a humanidade, que se sucedem cotidianamente nos contextos de conflitos armados.

Nós feministas propomos transformações profundas e radicais das relações entre os seres humanos e com a natureza, o fim da lesbofobia, do patriarcado heteronormativo e racista. Exigimos o fim do controle sobre nossos corpos e sexualidade. Reivindicamos o direito a decidir com liberdade sobre nossas vidas e territórios que habitamos. Queremos que a reprodução da sociedade não se faça a partir da superexploração das mulheres.

No encontro das nossas forças, nós nos solidarizamos com as mulheres das regiões de conflitos armados e de guerra. Juntamos nossas vozes às das companheiras do Haiti e rechaçamos a violência praticada pelas forças militares de ocupação. Nossa solidariedade às colombianas, congolesas e tantas outras que resistem cotidianamente à violência de grupos militares e das milícias envolvidas nos conflitos em seus países. Nossa solidariedade com as iraquianas que enfrentam a violência da ocupação militar norte-americana. Nesse momento em especial nós nos solidarizamos com as mulheres palestinas que estão na Faixa de Gaza, sob ataque militar de Israel. E nos somamos a todas que lutam pelo fim da guerra no Oriente Médio.

Na paz e na guerra nos solidarizamos às mulheres vítimas de violência patriarcal e racista contra mulheres negras e jovens. De igual maneira, manifestamos nosso apoio e solidariedade a cada uma das companheiras que estão em lutas de resistência contra as barragens, as madeiras, mineradoras e os megaprojetos na Amazônia e outras partes do mundo, e que estão sendo perseguidas por sua oposição legítima à exploração. Nós somamos às lutas pelo direito à água. Nós nos solidarizamos a todas as mulheres criminalizadas pela prática do aborto ou por defenderem este direito. Nós reforçamos nosso compromisso e convergimos nossas ações para resistir à ofensiva fundamentalista e conservadora, e garantir que todas as mulheres que precisem tenham direito ao aborto legal e seguro.

Nos somamos às lutas por acessibilidade para as mulheres com deficiência e pelo direito de ir e vir e permanecer das mulheres migrantes.

Por nós e por todas estas, seguiremos comprometidas com a construção do movimento feminista como uma força política contra-hegemonica e um instrumento das mulheres para alcançar a transformação de suas vidas e de nossas sociedades, apoiando e fortalecendo a auto-organização das mulheres, o diálogo e articulação das lutas dos movimentos sociais.

Estaremos todas, em todo o mundo, no próximo 8 de março e na Semana de Ação Global 2010, confrontando o sistema patriarcal e capitalista que nos oprime e explora. Nas ruas e em nossas casas, nas florestas e nos campos, no prosseguir de nossas lutas e no cotidiano de nossas vidas, manteremos nossa rebeldia e mobilização.

Declaração da Assembleia de Mulheres  
FSM 2009 – Belém, 1º de fevereiro de 2009.

# Carapanã

Marlene de Lima\*

Casa de família católica. O largo corredor se estreitava para abrigar o altar branco. Todas as manhãs, rezava e fazia promessas pelo fim do noivado. Os santos e anjos de faces rosadas fingiam nada escutar.

Bem que se apaixonou por Hans Kepler, sócio do pai. Ela com dezesseis, ele com quarenta e oito. Aos dezenove, tudo pronto para o casamento, pensou em dar pra trás. A mãe, antes de morrer, pediu que não rompesse o compromisso. Pedido em leito de morte é coisa séria. Além disso, Dr. Gonçalo, vinicultor conhecido no Rio Grande do Sul, sonhava com a filha bem casada. Mundo revirado em 1965. A moçada contestando tudo. Não podia perder as rédeas. Margô queria ser livre. Naquela época todos queriam. Mas o futuro marido também não era tipo que entendesse essas bobagens.

Naquela manhã, pela primeira vez ela reparou no padre nordestino. Metido na batina grosseira, onde a tinta preta disfarçava o barro ordinário da imagem, fora empurrado para a última fileira do altar. Bengala tosca. Olhar severo por baixo do chapéu arredondado. Esquecido pela empregada cearense, destoava dos outros. Faltava-lhe o carisma dos colegas.

Quem sabe aquele beato rejeitado pela Igreja não a ajudaria? Estendeu o braço para pegá-lo. Aproximou o rosto e foi incisiva:

"Olhe aqui, se me ajudar a acabar com esse casamento, eu lhe darei uma linda capelinha; você vai ter muitos devotos em Santo Amadeus. Vamos, mostre que é mais forte que os outros!"

A copeira estacou, pasmada:



"Respeite o santo, gurial!"

"Vamos ver se ele é santo mesmo, Jerusa."  
— Blasfemou.

Jerusa colocou a grinalda na jovem patroa. Vestida de noiva diante do espelho, Margô aguardava o pai e os padrinhos. "Quase na hora e eles não aparecem, Jerusa."

Nesse exato momento, Gonçalo entrou resfolegando, cabelo despenteado, nó de gravata desfeito, amparado pelo Dr. Noel Lynch, médico da família.

"Meu Deus, o que foi, pai?"

"O casamento vai ser adiado, minha filha. Teu noivo está muito mal."

Margô evitou o olhar da copeira.

Pânico nas famílias. Hans contraiu doença rara entre eles. Um mal transmitido pelo carapanã, mosquito do gênero anopheles — Lynch explicou — só encontrado nos climas

quentes e pantanosos. Coisa do Norte e Nordeste. Talvez o único inseto a vencer milhares de quilômetros para chegar à cidadezinha no extremo sul do país. O alemão se debatia nos tremores, suores e dores da febre terçã trazida pelo impaludismo.

Enfim, num dia frio de maio, derrotado pelo inimigo mais cruel, a febre perniciososa — nem os caboclos aguentam —, o pobre noivo, em vez de subir ao leito nupcial, desceu, num ataúde de madeira nobre, ao jazigo perpétuo dos Kepler.

Tudo estava consumado.

No almoço após a missa de 7º dia, Margô surpreendeu Gonçalo com a pergunta: "Pai, de quanto se precisa para construir uma capelinha em nossas terras?"

Jerusa, tão cuidadosa, deixou se espantificar no chão a terrina de cabrito guisado.

\*Servidora aposentada do TRT-RJ.

# Entre na campanha "Veja outras Caras"...

De nada adianta berrar contra a mídia hegemônica se não houver alternativas à disposição da população. Se a televisão brasileira e os jornalões são dominados por um punhado de famílias, e as rádios comunitárias e livres continuam sob repressão de políticos e igrejas que não querem dividir o *dial*, as publicações dos trabalhadores em bancas também é dominada por um cartel que se recusa a entregar as revistas de maior circulação para quem insiste em vender material de "concorrentes". Já que os donos de bancas não podem prescindir economicamente das hegemônicas e as tiragens das publicações alternativas são menores, estas, quando são vendidas, normalmente ficam de fora das prateleiras mais visíveis e quase nunca nas vitrines. Além disso, devido aos custos de papel e produção, os preços também não podem ser muito diferentes.

Como, então, levar ao público leitor uma informação alternativa de qualidade e de graça? Nossa humilde sugestão é a singela Campanha Veja outras Caras! A campanha nasceu em São Paulo, por iniciativa dos jornalistas Vinicius Souza e Maria Eugênia Sá. A ideia é simples: trocar algumas publicações da mídia hegemônica disponíveis em



lugares públicos, por revistas, jornais, boletins e outros materiais de conteúdo diferenciado. Afinal, quem já não teve de ficar horas na sala de espera de um consultório, escritório ou repartição tendo à mão para leitura apenas revistas sobre a vida das "celebridades" ou panfletos reacionários disfarçados de semanários pseudo-informativos? E o que é pior: essas publicações normalmente são antigas, perpetuando sua condição hegemônica (como se não houvesse alternativa) e reafirmando conceitos e ideologias que quando não são francamente mentirosos ou preconceituosos, são contrários aos interesses dos trabalhadores – como o estímulo ao consumismo e à manutenção do *status quo*.

A Campanha Veja outras Caras não requer prática nem tampouco habilidade. O inves-

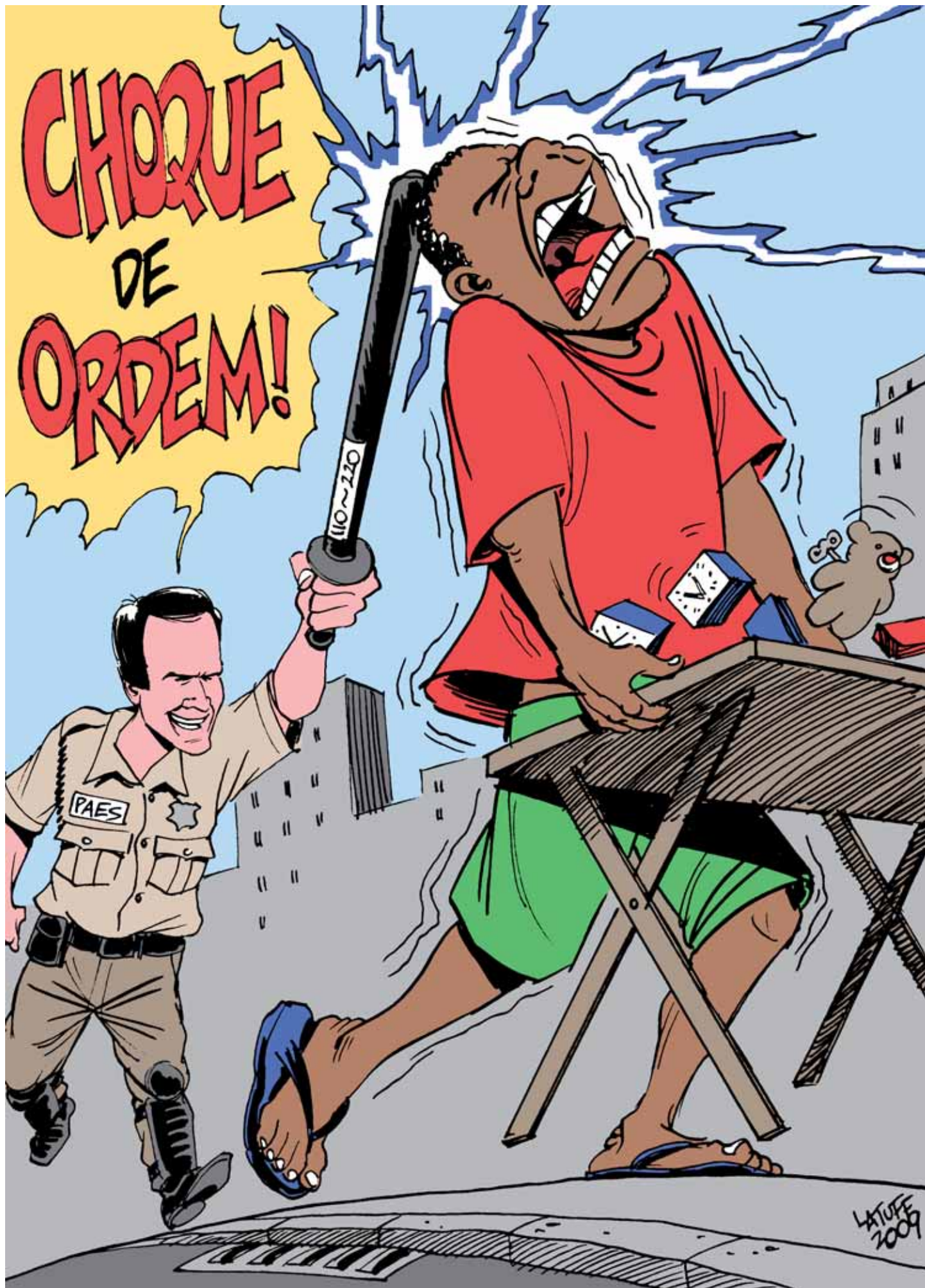
timento financeiro, quando ocorre, é irrisório por ser distribuído entre vários agentes e sempre absorvido intelectualmente pelos autores antes das ações. Pode ser considerada uma prática de guerrilha midiática, mas não é ilegal nem traz danos às pessoas atingidas, a não ser talvez ao seu preconceito. E você ainda pode se livrar do acúmulo de papel em casa, que na era da Internet serve mais para juntar poeira e atrair cupins.

Para fazer parte da Campanha Veja outras Caras, basta simplesmente levar consigo, sempre que for passar por uma sala de espera, algumas boas publicações já lidas, atuais ou não, como a própria Ideias em Revista. Também valem fanzines, revistas semanais ou mensais de real credibilidade (Carta Capital, Caros Amigos, Le Monde Diplomatique Brasil), jornais de esquerda, quadrinhos, publicações sobre cultura, música, literatura, culinária, viagens e até livros que estejam apenas ocupando lugar nas estantes. Aí é só "trocar" seu bom material de leitura pelo lixo que estiver disponível. E dar um fim decente ao papel "recolhido", como mandar para reciclagem, forrar a caixa de areia do gato, fazer esculturas de papel-mâché, acender o carvão do churrasco...



...porque as revistas abaixo são mais úteis para o bichano.





# Novo convênio sindicalizado SISEJUFE SBTUR Niterói - RJ

Hospede-se nos melhores hotéis do país por:

**R\$ 79,80**  
mensais

**15% de desconto na adesão  
para sindicalizados**

**Adquira agora o  
Plano de Viagens SBTUR!**

• **7 diárias por ano**

Diárias para duas pessoas, com café da manhã em apartamento standard

• **Utilização todo ano**

Você poderá utilizar suas diárias em qualquer época do ano

• **Crédito para pacotes**

Utilização de parte do crédito para compra de pacotes turísticos

• **Tarifas com 50% off**

Diárias excedentes ao seu crédito com até 50% de desconto

• **Hotéis em todo o Brasil**

Mais de 400 hotéis conveniados nos principais destinos turísticos do país

• **Utilização sem carência**

Utilize seu crédito após o pagamento da 1ª mensalidade

 **sbtur.viagens**  
Um mundo de vantagens

Rua Leandro Motta, 148 – sala 304  
niteroi@sbtur.com

**(21) 2610-8009**

# Semana de Línguas

de 16 a 21 de março

De segunda a sábado, dança, cinema, oficinas para iniciantes. Grátis

## Segunda dia 16 - Inglês

Manhã e noite – horários: das 9 às 11h e das 19h30min às 21h30min

Apresentação do filme: Across the Universe – com canções dos Beatles, professora Silvana Amorim.

## Terça dia 17 - Espanhol

Manhã e noite – horários: das 9h às 11h e das 19h30min às 21h30min

Oficina lúdica – Professora Maria Inês Storino

## Quarta dia 18 - Inglês (manhã); Francês (noite)

Manhã horário: das 9 às 11h – Filme Across the Universe- longa com canções dos Beatles – professora Silvana Amorim.

Noite 19h30min – Oficina lúdica de Francês, língua francesa através da música e da poesia. Professora Solange Perdigão.

## Quinta dia 19 - Espanhol

Manhã e noite – horários: das 9 às 11h e das 19h30min às 21h30min

Apresentação de Tango, com mini aula.

## Sexta, dia 20

Manhã às 9h – Oficina de Francês com atividades lúdicas, apresentação da língua francesa através da música e da poesia francesa. Professor Solange Perdigão.

## Sábado dia 21

Manhã das 8 às 12h – Oficina de espanhol gratuita para iniciantes com apresentação de Tango.

**Venha se divertir, avaliar e se matricular nos cursos de Línguas do SISEJUFÉ**

## Novo curso Marxismos

A Central Única dos Trabalhadores, e o Sisejufe, promovem, em conjunto, o curso Marxismos, a partir de março.

### Módulo Primeiro – O Marxismo de Marx

Aula inaugural, **23 de março, às 19h.**

As origens teóricas do pensamento de Marx: Filosofia alemã (Hegel, Feuerbach) – Edson Resende, Hegel, **30 de março**

Economia Política Inglesa (Adam Smith, David Ricardo), **13 de abril**

Socialismo Francês (Fourier, Saint-Simon), **20 de abril**

Trajetória e amadurecimento do pensamento de Marx: “Manuscritos Econômico-Filosóficos”, “A Ideologia Alemã”, **27 de abril.**

Marxismo Militante – “Manifesto Comunista”, “Para uma crítica da economia política”, “Crítica ao Programa de Gotha”, **4 de maio**

Método e teoria em Marx: o materialismo histórico dialético, Sociedade e indivíduo: o papel do indivíduo na história, **11 de maio**

O capitalismo para Marx: Especificidade histórica da sociedade do capitalismo, **18 de maio**

O fetichismo da mercadoria, ideologia e alienação/estranhamento, **25 de maio**

O marxismo de Marx versus o positivismo versus comunismo pequeno-burguês, **Primeiro de Junho**

O Marxismo de Engels, Dialética, Anti Dhuring, **8 de junho**

A origem da propriedade privada, da família e do Estado, **15 de junho**

Teoria da revolução em Marx, **22 de junho**

**As matrículas estão abertas e o número de alunos é limitado.**

Aulas às segundas-feiras, às 19h, na sede do SISEJUFÉ, av. Presidente Vargas, 509, 11º andar.

Matrículas no seguinte endereço eletrônico: [formacao@sisejufe.org.br](mailto:formacao@sisejufe.org.br) ou no telefone, 2215-2443 informações 9189-9746.

Mensalidades – Filiados R\$20,00 – Público em geral R\$80,00.